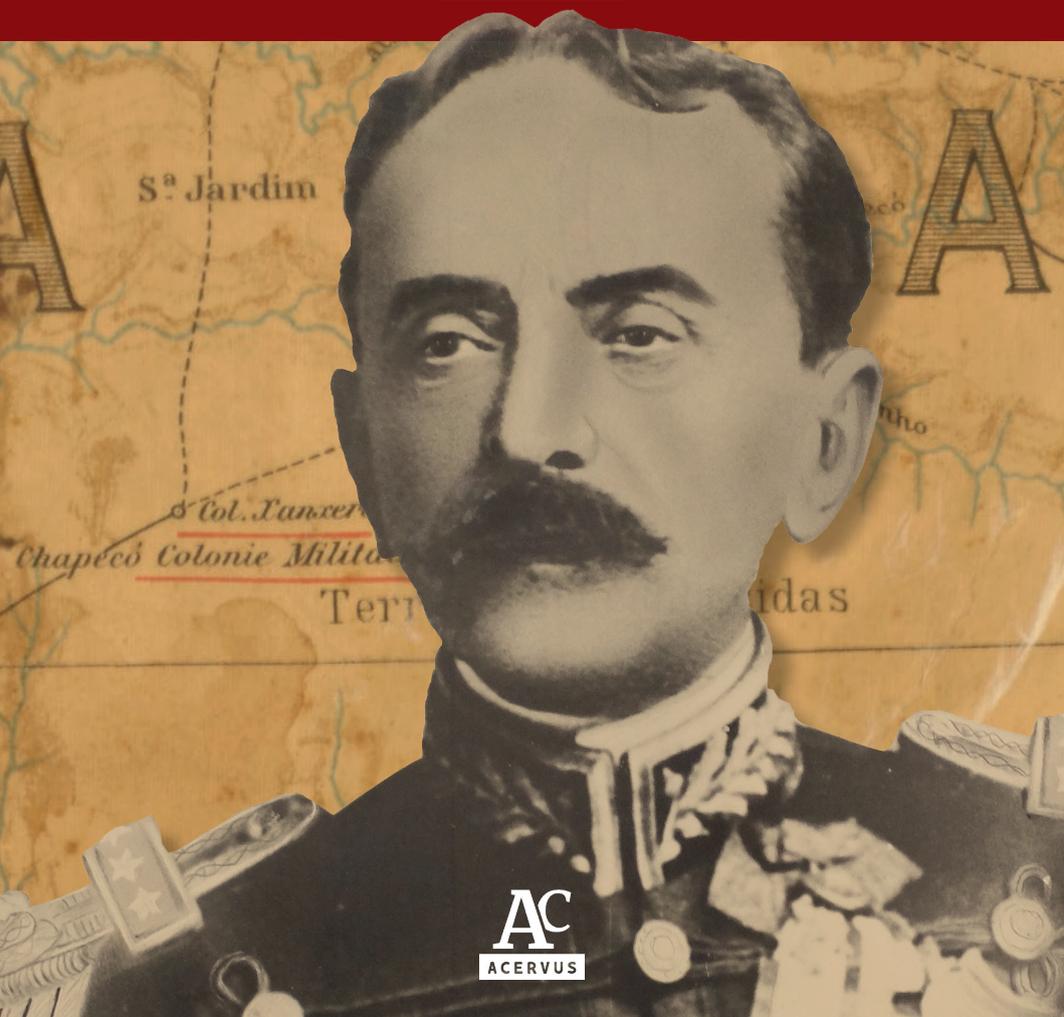


LETICIA MARIA VENSON

# COLONIZAÇÃO MILITAR NO OESTE CATARINENSE

JOSÉ BERNARDINO BORMANN E A COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ

1880-1898



**Leticia Maria Venson**

# **Colonização Militar no Oeste Catarinense:**

José Bernardino Bormann e  
a Colônia Militar do Xapecó  
1880-1898



**Passo Fundo  
2020**



© 2020 ACERVUS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

*EDITORAÇÃO E CAPA*

ALEX ANTÔNIO VANIN

*PROJETO GRÁFICO*

ACERVUS

**ACERVUS EDITORA**

AV. ASPIRANTE JENNER, 1274 - LUCAS ARAÚJO -  
99074-360

PASSO FUNDO - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

TEL.: (54) 99676-9020

E-MAIL: ACERVUSEDITORA@GMAIL.COM

SITE: ACERVUSEDITORA.COM.BR

### CONSELHO EDITORIAL

ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)

EDUARDO KNACK (UFCG)

EDUARDO PITTHAN (UFFS – PASSO FUNDO)

FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)

GIZELE KLEIDERMACHER (UNIVERSIDAD DE  
BUENOS AIRES)

HELION PÓVOA NETO (UFRJ)

HUMBERTO DA ROCHA (UFFS – CAMPUS  
ERECHIM)

JOÃO JOEL CARINI (UFSM)

ROBERTO GEORGE UEBEL (ESPM)

*CRÉDITOS DA CAPA*  
SPEZIALKARTE VON SANTA CATHARINA,  
RIO GRANDE DO SUL UND URUGUAY,  
SEM DATA [SÉCULO XX]. ARQUIVO  
NACIONAL. FUNDO DO MINISTÉRIO DE  
VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS.

FOTO DO MARECHAL JOSÉ BERNAR-  
DINO BORMANN. FONTE: GELLER,  
ODAIR EDUARDO. JOSÉ BEMARDINO  
BORMANN, JOSÉ IGNÁCIO GARMENDIA  
E JUAN CRISÓSTOMO CENTURIÓN E A  
CONSTITUIÇÃO NARRATIVA DA GUERRA  
DO PARAGUAI. CURITIBA, 2018, p. 57.

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS  
INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTA OBRA SÃO DE  
INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E  
DE SEUS ORGANIZADORES

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

V464c Venson, Leticia Maria

Colonização militar no Oeste Catarinense [recurso  
eletrônico]: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar  
do Chapecó (1880-1898) / Leticia Maria Venson. – Passo  
Fundo: Acervus, 2020.

1 MB ; PDF.

Inclui bibliográfica.

ISBN: 978-65-86000-14-6

1. Colônia Militar - Chapecó (SC). 2. Santa Catarina,  
Oeste - História. 3. Bormann, José Bernardino, 1844-1919.  
4. Fronteira. 5. Ocupação territorial. I. Título.

CDU: 981.64

À Carmelina Venson (*in memoriam*) e a todas  
as Macali, Venson, Cardoso e Neto.



# AGRADECIMENTOS

Como de praxe começo os agradecimentos por meus pais Carmelina Venson (*in memoriam*) e a Luiz Venson, obrigada pela vida, pelos conhecimentos compartilhados e por tudo o que o dinheiro não compra. Minha mãe é meu maior exemplo de vida, de luta e de persistência, tudo o que fizer nessa vida é por ela, as palavras não conseguem dar real vazão para os sentimentos que sinto por essa mulher, obrigada por tanto!

Obrigada ao Antonio Marcos Myskiw, meu orientador de mestrado, que é meu sonho realizado de orientação! Desde 2015 eu queria ser orientada por ele, e boa parte das minhas reflexões relacionadas as Colônias Militares e ao Paraná é devido as constantes orientações e discussões movidas nas aulas do mestrado e de forma remota. Antonio é um pesquisador de folêgo e acima de tudo é humano! Obrigada! Obrigada José Carlos Radin meu orientador de graduação que foi responsável pelas reflexões aqui presentes e pelo incentivo a cursar a pós-graduação.

Daniel Dalla Zen, obrigada por todo o companheirismo e por todas as discussões regadas a cerveja ou vinho, aprendo contigo todos os dias, é maravilhoso estar com alguém que te incite a ser melhor e que embarca em todas as aventuras, obrigada por acreditar nessa teimosa aqui. Gratidão por ter você em minha vida. Obrigada Talita, Luiz, Daniela, Fernando, Valentina e Felipe, por todos os almoços, conversas, risos, danças e por todas as bagunças também, nem só de livros vivem os acadêmicos/pesquisadores.

Obrigada família! Marizete, Márcia, Delizia, Giovana e Gi-  
ne por serem esse alicerce e por me permitirem voar atrás dos  
meus objetivos. Vocês são incríveis e me inspiram todos os dias,  
isso aqui também é de vocês! Obrigada Jaime, por acreditar nesse  
projeto com quem conversei timidamente em janeiro ainda, não  
saiu da forma que eu planejei, mesmo assim é uma grande con-  
quista! Aproveite esse momento para dizer que você é forte, que  
essa força nos inspira e que estamos com você sempre!

Obrigada a Editora Acervus e ao Alex Antônio Vanin, co-  
lega de pesquisa sobre as Colônias Militares com quem tenho  
reflexões muito importantes sobre a temática, que contribuem  
positivamente nas minhas pesquisas. Enfim, obrigada aos meus  
amigos e colegas que de alguma forma me auxiliaram nas mais  
diferentes situações e a todos que contribuíram direta ou indi-  
retamente nessa pesquisa! Obrigada UFFS pelo ensino público,  
gratuito e de qualidade!

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I. COLÔNIAS MILITARES E A QUESTÃO DE PALMAS</b>	<b>23</b>
1.1. DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE AS COLÔNIAS MILITARES NO BRASIL MERIDIONAL	30
1.2. QUESTÃO DE PALMAS	43
<b>CAPÍTULO II. A COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ</b>	<b>53</b>
2.1. FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR	54
2.2. A COLÔNIA MILITAR E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	65
<b>CAPÍTULO III. JOSÉ BERNARDINO BORMANN NO OESTE CATARINENSE</b>	<b>75</b>
3.1. JOSÉ BERNARDINO BORMANN	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>89</b>



# APRESENTAÇÃO

*Nas fronteiras do Império, a Colônia Militar do Chapecó*

**E**m 29 de março de 2020, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) completou dez anos do início das aulas nos cursos de graduação distribuídos nos 5 *Campi* espalhados nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi a primeira experiência multicampi em estados diferentes de uma Universidade Federal que tem uma particularidade: foi criada após forte e longa articulação de Movimentos Sociais, sobretudo rurais, cujo propósito era ter uma Universidade Federal para formar seus filhos na região de fronteira com a Argentina e, ao mesmo tempo, modificar, valorizar e incentivar a agricultura familiar sustentável de base agroecológica, dedicada em igual medida às questões ambientais, aos conflitos sociais rurais e aos dilemas do tempo presente.

O livro que agora apresentamos é fruto do processo formativo de Letícia Maria Venson que, a exemplo de centenas de outras mulheres, foi a primeira pessoa da família a ter a oportunidade de cursar Universidade Pública. Migrou de Palma Sola para Chapecó em 2014 para cursar a graduação em História, licenciatura. A distância e os escassos recursos financeiros trouxeram o distanciamento dos familiares e, por conseguinte, a saudade do tempo vivido outrora. Durante o curso, perda de entes queridos da família que, num primeiro momento, balançaram as estruturas emocionais e racionais, mas com o passar do tempo transformaram-se em base sólida e motivadora para concluir o curso de História. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), os estágios e a vivência escolar foram de grande valia para a formação profissional.

Por influência do professor José Carlos Radin, Letícia Maria Venson passou a pesquisar no TCC os momentos iniciais do processo de povoamento do Oeste de Santa Catarina em fins do século XIX, mais precisamente, a criação, implantação e funcionamento da Colônia Militar do Chapecó (1880/1898) com base na documentação existente em arquivos e centros de documentação regionais relativos à gestão da Colônia Militar pelo General José Bernardino Bormann. Tive a oportunidade de participar da banca de defesa do TCC de Letícia, em 2018, cujo momento de diálogo acadêmico revelou não só o faro de pesquisadora, mas o fôlego e a sensibilidade na lide com as fontes documentais, as análises contextuais e a discussão teórica e metodológica adotada para refletir sobre seu objeto de pesquisa (A Colônia Militar do Chapecó) e um personagem em especial (José Bernardino Bormann) que ficará marcado indelevelmente na memória e na história pública de Chapecó e região Oeste de Santa Catarina.

A Colônia Militar do Chapecó, junto à dezena de outras Colônias Militares fundadas em regiões de fronteira, fazia parte de um projeto de colonização militar com o objetivo de iniciar o povoamento de áreas estratégicas e distantes de outras povoações e vilas com migrantes nacionais e, ao mesmo tempo, realizar a aproximação e civilização de indígenas de diferentes etnias. Não foram poucas as dificuldades enfrentadas para manter a Colônia Militar do Chapecó em funcionamento num cenário de mudanças políticas (fim do Império e início da República) e de revoltas civis que transformaram-se em tentativas de revolução (Revolução Federalista) abalando de diferentes formas o cotidiano de todos aqueles que viviam na Colônia Militar ou em seus arredores. As memórias escritas de José Bernardino Bormann, seja no formato de relatórios administrativos ou no formato de livros, são testemunhos de tais adversidades.

A leitura do livro de Letícia Maria Venson é fluída, leve e

farta em documentos históricos que embasam suas reflexões. Apresenta ao leitor outro olhar sobre a Colônia Militar do Chape-có e do General José Bernardino Bormann. Contribui para com a historiografia local e regional na escrita e reescrita da história, com viés agrário e militar, e ajuda a pensar a ocupação da região de fronteira com a Argentina, cujos embates diplomáticos com o Brasil se estenderam por vários anos.

Que a leitura lhe possibilite viajar no tempo passado e que, ao voltar-se ao tempo presente, um conjunto de perguntas e reflexões o faça desejar outras leituras sobre o tema, que até então permaneceu em segundo plano na memória local e regional.

*Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw*

Professor Associado da Universidade Federal  
da Fronteira Sul (UFFS)



# INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi fruto do trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História, defendido no ano de 2018 pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó e foi motivado devido as inúmeras fontes disponíveis e ainda não exploradas sobre a temática e o reduzido número de trabalhos acadêmicos publicados. Durante o mestrado (2018-2020), também realizado pela Universidade Federal da Fronteira Sul, continuamos a abordar a mesma temática, mas com outras perspectivas, a fim de compreender a criação, instalação e constituição da Colônia Militar do Xapecó e administração de José Bernardino Bormann, que permaneceu na região da Colônia por quase 20 anos, sendo primeiramente responsável pela comissão de instalação do estabelecimento militar e posteriormente nomeado diretor, cargo que exerceu até meados de 1898. É importante salientar que o nome da Colônia é derivado ao rio Chapecó, que margeava esse núcleo militar. O município de Chapecó foi criado posteriormente, em 1917, após o fim da Guerra do Contestado (1912-1916).

O objetivo principal do trabalho é analisar o processo de criação e constituição da Colônia Militar localizada às margens do rio Chapecó, denominada Colônia Militar do Xapecó, tendo como recorte temporal os anos de 1880 a 1898, que corresponde a administração do militar José Bernardino Bormann, personagem bastante conhecido pela região e tido como herói por uma

parcela significativa da população da cidade de Chapecó. A Colônia se constitui em objeto central da pesquisa, atentando especialmente para as justificativas colocadas pelo Brasil Imperial para a sua instalação e a ocupação do atual Oeste Catarinense.

Boa parte da população de Chapecó e região conhece ou já ouviu falar sobre Marechal Bormann, mas poucos sabem qual foi sua contribuição de fato para o município, o presente trabalho visa analisar Bormann como militar, político e escritor com o intuito de compreendermos a sua importância para a história da região. Tem por objetivo evidenciar as contribuições desse núcleo militar para o que viria a ser o “Velho Chapecó” e posteriormente o atual município de Chapecó, Visa também divulgar a história da Colônia Militar e de Bormann e fomentar pesquisas e discussões.

A análise sobre a Colônia Militar do Xapecó corresponde a uma pesquisa mais detalhada sobre a região Oeste Catarinense, especialmente sobre sua construção como um espaço social e político. A região foi cenário de diversos conflitos territoriais entre a Argentina e o Brasil, na chamada “Questão de Palmas” ou *Misiones*, e posteriormente entre os estados de Santa Catarina e Paraná que ocasionou a Guerra do Contestado (1912-1916), portanto, compreendermos que a problemática remete a uma situação de fronteira, ou seja, os aspectos que delinearão sua construção.

O Estado brasileiro, com influência do Exército em meados do século XIX incentivou a reocupação do território por meio de Colônias Militares. O Ministério da Guerra acreditava que as Colônias eram uma forma de garantir a integridade do território além de fomentar a nacionalização do espaço, tanto no modelo social, quanto político. Durante o século XIX cerca de 26 Colônias Militares foram instaladas em regiões consideradas estratégicas, tanto do ponto de vista militar quanto econômico. Entre 1853 e 1889 foram criadas sete Colônias Miliars nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sendo elas a do

Jataí (1855), Xopim (1882), Iguaçu (1889), Caseros (1859), Alto Uruguai (1877), Santa Thereza (1854) e a do Xapecó (1882)<sup>1</sup>.

No final do século XIX, a região Oeste da província do Paraná tinha pouca importância econômica do ponto de vista do governo oficial. A região era explorada por argentinos com a extração da erva mate e madeira, que eram vendidos no mercado platino, o que gerou desconforto no governo Imperial, pois era uma invasão do território considerado brasileiro<sup>2</sup>. Ou seja, era necessário construir mecanismos de defesa e controle desse território, para efetivar de fato a posse e para explorar os seus recursos naturais.

A pesquisa terá como objeto a Colônia Militar do Xapecó e as razões de sua instalação do ponto de vista do poder Imperial com base nos Relatórios do Ministério da Guerra e os Relatórios da Província do Paraná, todos disponíveis online. Também nos propomos a investigar a razão do lento progresso verificado no período da administração militar no processo de colonização da região. O trabalho analisa o período de 1880 a 1898, sendo o período desde a convocação da comissão responsável para a instalação da colônia chefiada por Bormann, até o ano em que abandonou a direção do estabelecimento e ficou responsável pelo governo do Paraná durante alguns meses. Bormann construiu sua vida política no Estado do Paraná, além de vice-governador chegou a ser eleito deputado estadual, sendo esse um dos motivos de sua permanência prolongada na região.

O desenvolvimento da pesquisa pretende contribuir para a melhor compreensão do que representou para a então provín-

---

1 BEZERRA, Jéssika de Aquino. *Civilizar os sertões, consolidar o estado a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)*. 2015. 275 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015. p.15.

2 RITT, E. *A colônia militar de Foz do Iguaçu-PR: Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 – 1920*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. P. 13

cia do Paraná, o estabelecimento de Colônias Militares e, especificamente da Colônia Militar do Xapecó. Os estudos acerca da Colônia Militar e da região que ela abrangia, ainda são escassos no meio historiográfico, necessitando de maior atenção. Boa parte da produção historiográfica regional é referente ao processo de colonização do território após a Guerra do Contestado e a fundação da cidade de Chapecó (1917), faltando pesquisas que abordem a ocupação, manutenção e controle desse território por militares no final do século XIX e início do século XX.

Na elaboração da presente pesquisa, partiu-se de um levantamento de várias fontes, partes delas estão reunidas e disponíveis online no site do Arquivo Público do Paraná e na Biblioteca Digital Nacional e outras disponíveis no Centro de Memória do Oeste – CEOM, localizado na cidade de Chapecó. Também foram consultados, a Lei de Terras, o decreto de criação da colônia disponíveis no site do Planalto Federal e o site da Hemeroteca Nacional Digital, que contém inúmeros jornais digitalizados do Brasil.

Foram fundamentais os relatórios dos ministérios do Império e da Guerra e “Fallas dos presidentes de província”, consultados na página de internet do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. A fim de obter-se os dados necessários, procedeu-se a leitura reflexiva e crítica e ao estudo das fontes.

Os relatórios produzidos no período forneciam informações sobre as atividades pelas quais os presidentes e ministros eram responsáveis. Os relatórios do Ministério de Guerra forneciam detalhes importantes sobre a colônia. Sendo descritos os trabalhos realizados pelos soldados nas lavouras, nas reformas de suas casas ou dos prédios públicos, no plantio e na colheita. Os Relatórios do Presidente de Província do Paraná relatavam sobre as eleições provinciais, as leis que eram sancionadas, sobre a igreja,

os hospitais, a educação, as obras públicas, as estradas, entre outros assuntos.

Os Relatórios do Ministério de Guerra a serem analisados são dos anos de 1850 a 1898. Esses relatórios eram feitos anualmente, em alguns anos há mais que uma edição como o ano de 1881. Tinham a preocupação de relatar a situação dos prédios militares e suas instituições, normalmente mudava o redator de um ano para outro. As redações sobre as Colônias Militares eram realizadas a partir de uma síntese dos relatórios dos diretores das Colônias, que tinham como responsabilidade a elaboração de relatórios extensos descrevendo a situação populacional, econômica e estratégica dos estabelecimentos.

Outra fonte importante é o livro “Centenário do Marechal Bormann”, lançado pela Biblioteca Militar no ano de 1944 e organizado pelo General V. Benicio da Silva, tendo importantes considerações de Aristóteles Xavier filho de um colono militar, que viveu alguns anos de sua infância na colônia. O livro foi lançado em comemoração ao centenário de nascimento de José Bernardino Bormann, onde são compiladas várias matérias de jornais, que o exaltam como uma importante figura militar brasileira. Nele é contada toda a história de vida, seus feitos acadêmicos e posteriormente militares, enaltecendo o viés humanista e historiador, pois, publicou vários livros como: “Dias Fraticidas”, que conta sobre a Revolução Federalista do Paraná, “História da Guerra do Paraguai”, entre outros. Bormann era considerado como um importante militar da Província do Paraná, sendo sempre lembrado pelos anos que ficou à frente da direção da Colônia Militar do Xapecó e como comandante da Guarnição e Fronteira de Palmas. Além das fontes já citadas é utilizado o Recenseamento da comarca de Palmas do ano de 1890, onde é detalhada a população dos diferentes núcleos populacionais da província. Contendo informações referentes à raça, sexo, origem, estado civil e idade.

Permitindo a identificação e uma análise inicial da população presente da Colônia Militar do Xaçecó no período.

A Colônia Militar do Xaçecó se insere em uma das medidas do Governo Imperial de proteger e ocupar o território do atual Sudoeste Paranaense e Oeste Catarinense, que estava sendo disputada com a Argentina. Para compreender o contexto no qual a Colônia Militar esteve inserida é necessário a utilização de alguns conceitos da Geografia, como os de espaço, território, região, limites e fronteiras.

Consideramos o espaço como lugar que se estabelece na materialidade física e como campo que é gerado por meio das relações sociais. De acordo com Marcelo Lopes de Souza o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sendo o espaço territorializado um instrumento de exercício de poder, destaca também que as motivações para o controle de um espaço de algum modo está conectado ao substrato espacial material e aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais<sup>3</sup>.

Um dos conceitos importantes para o presente trabalho, que envolve o espaço é o conceito de região, pois a presente pesquisa se enquadra em História Regional. E um dos principais problemas da História Regional segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior é que a região aparece como um dado da realidade que não precisa ser em si mesmo pensado ou problematizado, pois seria a história do que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição destes limites<sup>4</sup>. Ou seja, precisamos refletir sobre o processo de construção do que hoje é o Oeste Catarinense, pois como vamos observar nessa pesquisa a região começou a ser construída bem antes do início da colonização via

---

3 SOUZA, Marcelo. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p.88

4 ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. *Fronteiras, Dourados*, v. 10, n. 17, p.55-67, jan. 2008.

empresas colonizadoras e da Colônia Xapecó, pois antes da instalação desse estabelecimento já existiam moradores no território, tanto caboclos, como indígenas, que fizeram e fazem parte da formação do Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense.

Pierre Bourdieu considera que a palavra região assume por muitas vezes uma conotação ideológica, de maneira que acaba por servir frequentemente para construção de mistificações geográficas, tornando-se um instrumento de manipulação política. Sendo assim o que sustentaria por conceito de região, está ligado aos interesses políticos, a uma fração de fatores objetivados por um grupo local<sup>5</sup>. A presente pesquisa pretende começar uma discussão e analisar a Colônia Militar do Xapecó como parte do processo de construção da região do atual Oeste Catarinense, tendo os militares como participantes desse processo, juntamente com caboclos, possíveis libertos e indígenas, principalmente guaranis e kaingang.

Pensamos o conceito de fronteira com base em José de Souza Martins em seu livro *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*<sup>6</sup> onde discute aspectos da multiplicidade da fronteira. Nele toma a fronteira como um lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprias da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história. Segundo o autor, é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formaram, se desorganizaram ou se reproduzem, ponto de desencontros. Compreendemos fronteira na perspectiva de José de Souza Martins, um espaço de disputas, de conflitos, mas também de encontros e construções.

A temática Colônia Militar vem ganhando espaço dentro da academia, onde os autores abordam as Colônias na perspectiva de colonização e de resguardo de fronteiras, enfatizando as rela-

---

5 BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

6 MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

ções dos militares com a população já presente na região. Porém sobre a Colônia Militar do Xapecó pelo viés historiográfico há somente um artigo<sup>7</sup> de Leônidas Boutin e o texto que elaborou para sua especialização pela UFSC, nenhum dos dois trabalhos aborda a Colônia Xapecó de uma forma abrangente, mas sim introdutória instigando os pesquisadores a fazerem pesquisas mais aprofundadas sobre a temática.

Ainda sobre a Colônia Xapecó há um trabalho de conclusão de curso em direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UnoChapecó de Franciele Scapinello e um livro do jornalista Mario Xavier que faz o recorte temporal de 1900 a 1902 período em que Coronel Freitas era o diretor do estabelecimento. Normalmente a temática aparece nos livros que tratam sobre a Questão de Palmas, porém sempre de forma resumida, não sendo dedicado ao assunto mais que meia página.

Uma das motivações da instalação da Colônia Militar do Xapecó foi a tentativa de conter as explorações argentinas e paraguaias. O Ministério da Guerra teve a preocupação de estabelecer os limites territoriais com a Argentina, sendo um local de bastante tensão. O risco de conflitos era grande, não só do ponto de vista de governo, mas também cultural, pois era ponto de encontro de pessoas de diferentes nacionalidades. Houve a construção da fronteira, e para legitimar esses limites era necessário a fixação de uma população, de núcleos de colonização. A fronteira não é dada como algo fixo, mas móvel, ou seja, pode ser modificada dependendo das relações de um governo com outro ou de sua população. Sendo assim o presente estudo pretende contribuir para um conhecimento mais amplo da região que atualmente é o Oeste Catarinense, com o ponto central nas instalações e relações presentes na Colônia Militar do Xapecó

---

7 BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. *Separata do Boletim XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, 1977.

da perspectiva do Governo Imperial e posteriormente republicano.

O presente trabalho é dividido em três partes fundamentais. A parte introdutória salienta configurações e características da colonização militar no Brasil e a ocupação e povoamento da região dos campos de Palmas. Essa parte é essencial para o entendimento da política nacional que determinou a criação e a localização de uma colônia militar na então província do Paraná. A segunda parte aborda os trabalhos de exploração e fundação desse estabelecimento, e os aspectos relacionados com o funcionamento e estrutura, além de descrever os diversos problemas e obstáculos que dificultaram que o referido núcleo alcançasse um maior desenvolvimento e expansão na região. E a terceira parte aborda o militar José Bernardino Bormann que foi responsável pela Colônia até o ano de 1898, também abordaremos o jornal *O Xapecó*, redigido pelo próprio Bormann com circulação no ano de 1892, na Colônia bem como na Comunidade Regional.



# CAPÍTULO I

## COLÔNIAS MILITARES E A QUESTÃO DE PALMAS

O estabelecimento de colônias militares materializou interesses estratégicos do governo, pois foi um dos meios de penetração, domínio e de povoamento de uma grande extensão de terras no Brasil. As colônias militares tornaram-se instrumentos de centralização política do império brasileiro. O comando das colônias estava intimamente relacionado à presidência das províncias e estas vinculadas a Corte na cidade do Rio de Janeiro<sup>8</sup>. Anualmente os diretores das colônias tinham como obrigação a elaboração de relatórios detalhados a fim de informar ao governo da Província e ao Ministério da Guerra sobre as condições e o desenvolvimento do estabelecimento. A obrigatoriedade desses relatórios eram uma forma de controlar os militares e ter controle sobre a Colônia. Atualmente o Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, localizado na cidade do Rio de Janeiro aloca um acervo interessante sobre as Colônias Militares, que contam com os relatórios elaborados pelos diretores.

No século XIX foram criadas cerca de 26 colônias militares no Brasil, esse significativo número de colônias expressa uma política do governo central, enunciada em instrumentos legais: na Lei nº 555, de 15 de junho de 1850 que aprovou o orçamento do Império para o ano financeiro que se iniciava, autorizando o Poder Executivo a estabelecer presídios e colônias militares nos

---

8 BRÜGGEMANN, A. A. *A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)*. 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. P.27

territórios que acreditem ser estratégicos. Outra lei importante nesse contexto foi a chamada Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, que previa o uso de terras devolutas para a instalação de estabelecimentos públicos. A Lei de Terras transferia as terras devolutas para o controle do Estado, impedindo que grandes extensões de terra fossem transformadas em propriedades privadas por meio da posse, a partir de então só era possível adquirir terra por meio da compra.

No Relatório do Ministério da Guerra do ano de 1862 é enfatizado a necessidade de colônias militares, pois segundo o redator o Brasil era um país com um vasto território com pouca população civilizada, fazendo limites com vários países, sendo a instalações das colônias conveniência administrativa e política para definir esses limites. Sendo um dos objetivos civilizar os indígenas por meio da catequese:

Promovendo o desenvolvimento da população em lugares hermos, e procurando attrahir ao grêmio do christianismo e da civilização milhares de homens que vivem no seio da barbaria e da mais profunda ignorância, os quaes infelizmente ainda abundao em nossas virgens florestas, as colônias militares a um tempo servem também de garantia contra injustas pretensões de absorpção de território, e de poderoso auxilio ao cultivo das relações de boa intelligência com as nações vizinhas; ao passo que igualmente contribuem para o progresso da indústria e do commercio com as mesmas nações<sup>9</sup>.

Em 1854 foi expedido o decreto n° 1318 de janeiro, para normatizar a Lei de Terras de 1850. Nesse decreto é estabelecido a reserva das terras devolutas do Império para a colonização dos indígenas e para a fundação de povoações, aberturas de estradas e instalação de estabelecimentos públicos, visando promover a

---

9 MINISTÉRIO DA GUERRA. Relatório Referente ao ano de 1862. Rio de Janeiro, 1862. P.28.

colonização nacional e estrangeira, e de garantir o registo das terras, como forma de legitimar as posses.

No Art. 82 é definido que na zona de dez léguas dos limites do Império com países estrangeiros, e em terras devolutas, o povoamento, por meio das Colônias Militares. Devendo a elas a responsabilidade de medição do território e dos lotes por inspetores e Agrimensores. Posteriormente, o Governo marcara os lotes a serem distribuídos gratuitamente aos colonos e aos outros povoadores nacionais e estrangeiros, definindo as condições da distribuição e as autoridades que não de conferir os títulos.

Em primeiro momento as colônias eram administradas pelo Ministério da Agricultura, porém a partir de 1856, as colônias passaram a desempenhar uma função militar, sendo responsável pela vigilância e cobertura das fronteiras onde não havia povoamento de um modo concreto, e passaram a ser subordinadas ao Ministério da Guerra. Sendo assim as colônias acumularam juntamente com as funções militares, as atividades sociais e colonizadoras, sendo as responsáveis pela catequese e aldeamento dos indígenas ~~índios~~, a partir de então foram instaladas em áreas limítrofes ou consideradas estratégicas para o país.

Segundo Adelson André Bruggemann:

Apesar de cada colônia militar ter o próprio foco de interesse, duas considerações principais inspiraram a promoção do sistema de colônias militares no Brasil. Um dos objetivos era o estratégico e o outro era o econômico. Acreditava-se que as colônias militares poderiam auxiliar a pacificação do interior por meio do policiamento das estradas, rios e florestas, livrando-os de índios hostis, escravos fugitivos, bandidos e outros elementos incômodos para o controle da sociedade<sup>10</sup>.

---

10 BRÜGGEMANN, A. A. *Op.*, Cit. P.41

O governo imperial visava a exploração de territórios desconhecidos, a fim de mapear as regiões e verificar as suas riquezas, pois os interiores do Brasil até então eram habitados pelos indígenas, considerados selvagens pelo poder Imperial, não sendo o modelo essencial para a colonização e defesa do território, pois não tinham um sentimento de pertencimento a nação brasileira. Em caso de desentendimento com os países vizinhos e indígenas arredios as colônias poderiam servir como bases de suporte para as forças do governo, fornecendo os produtos essenciais para as tropas.

De acordo com Evandro Ritt<sup>11</sup> a fundação das colônias militares foi uma medida estratégica do governo brasileiro, para que os países vizinhos não reclamassem a posse das terras e para impedir uma possível invasão, pois teriam que atacar a colônia militar primeiro, podendo provocar uma guerra entre as nações. Com essa estratégia o Brasil evitou vários confrontos bélicos, mas não se livrou de conflitos diplomáticos com outros países que também tinham interesses nesses territórios, o que ocorreu com a Argentina na Questão de Palmas que abordaremos mais adiante.

As Colônias Militares era uma forma do governo brasileiro ocupar as regiões de fronteiras, onde poderia ocorrer algum tipo de conflito ou tentativas de outros países em reclamar a posse das terras. No caso específico da Colônia Militar do Xapecó, foi a medida necessária para garantir que o estado ocupasse essa região, devido a ameaça argentina e posteriormente promovesse a colonização, recebendo pessoas oriundas de imigração e de outras localidades do Brasil, no caso do Norte do país, além de nuclear as populações caboclas existentes no local sem a tutela do Estado. Apesar da preocupação inicial em atrair imigrantes para a Colônia Xapecó, através de anúncios em jornais, a população do

---

11 RITT, E. Op., Cit. P.24

estabelecimento era maciçamente brasileira, e da própria província do Paraná, o que José Bernardino Bormann via como positivo, pois já estavam acostumados com a distância dos centros comerciais e com as atividades pastoris e agrícolas.

As fronteiras brasileiras em meados do século XIX eram locais considerados ameaçadores, onde os colonos eram desafiados pela natureza e pelos indígenas. Era necessário viver em grupos, contando com a colaboração dos vizinhos, para conseguir manter certa segurança com relação aos animais e indígenas<sup>12</sup>. O Governo Imperial acreditava que a disciplina militar era o único meio pelo qual o domínio dos sertões do país poderia ser realizado. Tendo preferência pelos soldados ou ex-soldados como colonos, pois já eram acostumados ao regime militar. Para os colonos civis era recomendado o uso de moderação, o comandante não deveria usar nada além de um prudente castigo ou pequena punição corporal. Ou seja, civil ou militar, ambos estavam sujeitos a disciplina militar, o que gerou diversas reclamações relacionadas a severidade de Bormann.

Em primeiro momento a população destinada a estabelecer-se nestas colônias estratégicas, eram formadas por colonos e soldados europeus, principalmente alemães. A maioria dos militares eram recrutados para emigrarem ao Brasil como colonos. Após o período de seis anos estes soldados poderiam dedicar-se às atividades civis, inclusive recebendo lotes coloniais. Porém esse recrutamento de imigrantes destinados às colônias estratégicas, que vigorou no período de 1824 a 1831, ocasionou grandes despesas ao poder público, sendo suspenso temporariamente até o ano de 1840.

O lugar escolhido para a instalação de uma Colônia Militar deveria reunir o maior número de vantagens: solo fértil, a fim de

---

12 BRÜGGEMANN, A. A. Op., Cit. p. 55

permitir o cultivo de vários alimentos; localizar-se perto de um porto de embarque; ter ar puro e salubre; estar perto de águas abundantes e potáveis, e que pudessem oferecer condições de navegabilidade para o rio mais próximo ou para o mar. Ou seja, era necessário ter boas estradas e vias de comunicação, a fim de facilitar a movimentação dos militares.

Após ser escolhido o melhor território era necessário que fosse medido e demarcado por um oficial engenheiro, que realizaria a divisão em lotes de acordo com o número de colonos a serem instalados. No centro do território seria instalado o arraial, onde deveriam ser construídos o quartel, as dependências destinadas ao ambulatório ou hospital, a capela, a escola e as casas. Esses prédios seriam construídos com a ajuda financeira da fazenda pública. Na Colônia Xapecó, a maioria dos prédios foram construídos com madeiras da região, o que posteriormente gerou custos devido a constante manutenção, pois a madeira é um material perecível.

A administração da colônia deveria ser exercida por uma espécie de diretor, cuja patente deveria ser a de capitão da 3ª classe do exército. Onde com o auxílio de um almoxarife contrataria dois sargentos, quatro cabos, e um oficial que o substituiria, em casos de necessidade. Os sargentos e os cabos eram encarregados de realizar o serviço de policiamento. Todas as colônias deveriam contar com os serviços de um cirurgião e de um capelão. Era necessária a construção de uma escola de primeiras letras para a instrução dos filhos dos colonos e militares, a escola era mantida pelo governo.

Segundo Vera Lúcia Fregonese Barros:

Todas as pessoas residentes nas colônias militares deveriam obedecer a um regulamento especialmente elaborado. O regulamento determinaria as normas com relação a administração, polícia e de-

fesa da colônia, os direitos e deveres dos civis e dos militares, bem como sobre o regime da colônia<sup>13</sup>.

As colônias militares passaram a desempenhar uma atividade colonizadora, uma vez que para tal eram enviados os militares acompanhados de suas famílias que juntamente com os colonos civis e seus familiares, formariam a célula de aglutinação de futuros povoados ou cidades, o governo imperial acreditava que findo o tempo de serviço os militares permaneceriam instalados nas colônias. Porém, devido ao distanciamento dos centros urbanos, a permanência nas Colônias Militares não era atrativa.

O diretor da colônia era responsável pela manutenção da ordem e da disciplina. Nenhuma pessoa poderia tornar-se um colono sem seu consentimento. Ele deveria matricular todos os residentes em seu distrito, precisando declarar de cada colono a sua idade, local de nascimento, profissão, estado civil, Número de filhos e data de alistamento. Além de fazer anotações referentes ao cumprimento, ou não, de suas ordens, registrando todas as informações que julgasse importante.

Era exigido que os adultos e as crianças de ambos os sexos aprendessem a ler, escrever e contar. Devendo ter horários compatíveis com seus trabalhos manuais. Crianças com até 14 anos frequentariam a aula durante o dia. O responsável pela escola da Colônia Militar do Xapecó era o capelão, porém por diversas vezes foi um colono, sendo prejudicada a educação nos períodos de plantação e colheita, além de gerar gastos para a administração militar, pois sem um capelão havia a necessidade de chamar o vigário de Palmas para a realização de casamentos e batizados.

Apesar da denominação recebida, não significa que as colônias eram somente estabelecimentos militares, pois contava com inúmeros civis, que apesar de terem que se adequar as normas

---

13 BARROS, V. L. F. Op., Cit. p. 30

militares continuavam sendo civis. As primeiras colônias foram fundadas pelo Ministério do Império e diretamente ligadas aos Serviço de Terras e Colonização. Em 1855 ocorreu a reestruturação administrativa, coube ao Ministério da Agricultura a administração do Serviço de Terras e Colonização e a organização das colônias militares. Ao Ministério da Guerra cabia a responsabilidade pelo fornecimento dos contingentes militares, o soldo e o fardamento necessário.

Dividimos o presente capítulo em duas partes, a primeira refere-se a discussão sobre as Colônias Militares instaladas no Brasil Imperial com auxílio de bibliografias existentes e dos Relatórios do Ministério da Guerra, no segundo momento faremos uma discussão sobre a questão de limites da fronteira internacional com a Argentina na “Questão de Palmas”.

## **1.1. Discussão Historiográfica sobre as Colônias Militares no Brasil Meridional**

Entre 1853 e 1889 foram criadas sete Colônias Militares nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sendo elas a do Jataí (1855), Xopim (1882), Iguazu (1889), Caseros (1859), Alto Uruguai (1877), Santa Thereza (1854) e a do Chapecó (1882)<sup>14</sup>. Exceto a Colônia Militar do Alto Uruguai, as demais colônias militares já receberam a atenção de um ou mais historiadores em pesquisas de mestrado e doutorado, que explorar-se-á adiante. A falta de pesquisas sobre a Colônia do Alto Uruguai é justificada devido a dificuldade de fontes, até mesmo nos relatórios do Ministério da Guerra as considerações são remotas e reduzidas a algumas linhas.

---

14 BEZERRA, Jéssica de Aquino. *Civilizar os sertões, consolidar o estado a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)*. 2015. 275 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015. p.15

Sendo assim com o intuito de melhor organizar o trabalho dividimos o presente subtítulo em três momentos, sendo a primeira relacionada a trabalhos acadêmicos, artigos, dissertações e teses, num segundo momento trabalhos de conclusão de curso e a última parte com trabalhos do ponto de vista memorialísticos e jornalístico.

Leônidas Boutin publicou um artigo intitulado “Colônias Militares na Província do Paraná”<sup>15</sup>, pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro no ano de 1977. Onde faz uma análise sobre as Colônias do Jataí, do Xapecó e do Xopim. Boutin não faz uma análise aprofundada sobre as Colônias Militares, se preocupa em fazer uma descrição dos aspectos gerais da instalação e funcionamento dos estabelecimentos. Como fonte de análise da Colônia do Jataí utiliza o Decreto Imperial nº 751 de 2 de janeiro de 1851. A colônia foi instalada posteriormente no ano de 1855. Destaca o nome de três personagens importantes para a efetivação da mesma, sendo João da Silva Machado, Joaquim Francisco Lopes e o padre franciscano Frei Timóteo de Castelnuovo.

Para falar sobre a Colônia Militar do Xapecó e Xopim Boutin utiliza como fonte o decreto nº 2502 de 16 de novembro de 1859, o Contrato de Colonos e o Relatório elaborado por Francisco Antônio Monteiro Tourinho, do ano de 1883 quando inspeciona os núcleos militares. Assim como a do Xapecó, a do Xopim foi instalada somente no ano de 1882 e Boutin justifica a demora na instalação devido a um protesto da Argentina contra o decreto de criação. Abaixo na figura 01 utilizamos o mapa ilustrado por Boutin para inteirar sobre a localização das Colônias Militares instaladas na Província do Paraná. Sua finalidade era demonstrar que as Colônias não foram instaladas na região de litígio com a República Argentina, mas sim em território brasileiro, considera-

---

15 BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. *Separata do Boletim XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, 1977.

do de fronteira e importante na defesa desse território caso houvesse uma disputa militar e não somente diplomática.



**FIGURA 01.**  
Localização da  
Colônia Militar do  
Chapecó, Chopim e  
Iguaçu.  
**FONTE:** BOUTIN,  
1977, p. 49.

O trabalho de Leônidas Boutin serviu como base para muitos trabalhos escritos posteriormente, pois foi o primeiro historiador que se preocupou com a temática. As várias fontes que utilizou, seguido de descrições bem detalhadas tem se demonstrado um importante instrumento complementar das fontes.

Outro trabalho tendo como temática as Colônias Militares na Região Sul do Brasil é a dissertação de mestrado em História de Vera Lucia Fregonese Barros, defendida no ano de 1980, pela Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “A Colônia Militar do Chopim 1882-1909”<sup>16</sup>. A autora tem como tema de

16 BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A Colônia Militar do Chopim: 1882 a 1909*. 1980. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

pesquisa a Colônia Militar do Chopim, estabelecida na província do Paraná. Analisa o período em que a Colônia esteve sob administração militar, não extrapolando para o período em que o núcleo passou para o regime civil.

Vera Barros conta com uma quantidade expressiva de fontes documentais. Trabalha com registros de batizados e casamentos, do arquivo do Bispado de Palmas e do Cartório de Mangueirinha. Para identificar o *modus operandi* da Colônia Militar do Chopim utiliza dos relatórios e correspondência dos diretores da Colônia Militar e livros de ordens do dia. Também utilizou os relatórios dos presidentes de província do Paraná, disponíveis no Arquivo Público do Paraná. A autora procedeu leituras reflexivas e críticas de todas as informações contidas nos livros preenchidos pelos diretores ou funcionários da Colônia. Fichou os dados registrados nos livros de nascimentos ou batizados, casamentos e óbitos, seguindo a metodologia de Nielsen. Para complementar as informações utiliza da entrevista de uma senhora que viveu na Colônia e que permaneceu na região posteriormente a administração militar.

Destaca que a colônia sofreu com a falta de pessoal especializado e com o pequeno número dos integrantes do destacamento militar, o que dificultaria a defesa efetiva da fronteira internacional com a Argentina em caso de ataque, para se somar a situação, a Colônia não dispunha de instrumentos bélicos e das armas para a defesa. Afirma que em caso de ataque seus integrantes não teriam condições humanas e materiais para rechaçar e proteger a posição brasileira. Destaca que nos primeiros anos os membros da colônia estiveram isolados e distantes dos habitantes da região, em caso de ataques indígenas, haveria muita dificuldade para a comunicação dos militares, pois a colônia não dispunha de meios rápidos de comunicação.

Durante o seu funcionamento a Colônia não sofreu nenhum incidente que colocassem em prova o sistema de defesa. Barros também salienta que nas documentações analisadas não há informações referentes a catequese dos indígenas, sendo consequência da carência de padres com residência fixa no perímetro colonial. Conclui que os objetivos traçados para a criação da Colônia Militar do Chopim foram alcançados parcialmente, devido as condições oferecidas pelos órgãos responsáveis que não correspondiam com as reais necessidades da colônia. Caracteriza o estabelecimento como agrícola-militar devido ao contingente militar reduzido e a alternância entre atividades civis e militares.

Também apresenta os benefícios que a Colônia trouxe para a região, principalmente a construção de estradas e caminhos de comunicação, ligando a colônia as outras localidades já existentes, apesar desses traçados não serem conservados após a retirada do contingente militar serviram como base para ampliação e construção das rodovias posteriormente efetuadas.

Walter Piazza em seu livro *Santa Catarina: Sua história*, publicado no ano de 1983 faz uma breve discussão sobre a Colônia Militar de Santa Teresa e sobre a Colônia Militar do Xapecó, não gastando mais que algumas páginas<sup>17</sup>. Seu livro tem mais de 600 páginas e se desdobra sobre assuntos do Período Colonial até o a década de 1970. Faz uma breve análise sobre a Colônia Militar de Santa Tereza, se detendo no contingente populacional e na vida econômica. Apresenta um quadro populacional onde demonstra o crescimento que de 117 pessoas em 1855, passou a 590 no ano de 1883. Concluiu que o crescimento populacional era insignificante devido a sua posição geográfica e o regime especial militar.

Piazza destaca que as comunicações terrestres da colônia eram precárias, pois dependiam exclusivamente do caminho de

---

17 PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: Sua história*. Florianópolis: Editora da UFSC, Ed. Lunardelli, 1983.

tropas de São José a Lages, onde a importação de produtos essenciais era de alto valor e sobrepujava o que a colônia exportava. Porém ressalta que a Colônia prestou serviços na ligação terrestre entre o litoral e o planalto catarinense, pois a partir de sua fundação, as tropas e tropeiros puderam alcançar os pontos terminais de viagens com relativa segurança<sup>18</sup>.

Sobre a Colônia Militar do Xapecó, Piazza faz uma análise tendo como ponto de partida José Bernardino Bormann, incumbido de fundar o estabelecimento e posteriormente nomeado seu diretor. Destaca que a Colônia não foi um mero posto avançado da soberania nacional, mas que teve uma missão povoadora e civilizadora, pois iniciou um trabalho de integração das áreas consideradas “ao Deus dará”. Conclui que o caminho entre Palmas e a Colônia era de suma importância para o desenvolvimento econômico da região, principalmente devido a erva-mate, salientando que já havia uma econômica de exportação, posteriormente mais bem alicerçada. Piazza vê a instalação e o desenvolvimento da Colônia como positivo<sup>19</sup>.

Antonio Marcos Myskiw escreveu sua tese de doutorado em 2009, e posteriormente foi publicada em forma de livro no ano de 2011 sob o título de “A Fronteira Como Destino de Viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)”<sup>20</sup>. De acordo com o autor a Colônia Militar de Foz do Iguaçu desde sua fundação até sua extinção, teve vida difícil e instável tanto para os militares como para os colonos matriculados. O autor utiliza como fonte de pesquisa relatos de viajantes, relatórios do Ministério da Guerra, os relatórios provinciais, relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu e documentos manuscritos do capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo.

---

18 Ibidem.

19 Ibidem.

20 MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)*. Niterói: Unicentro, 2011.

Myskiw pensa a Colônia Militar pelo viés da História Agrária e busca ressaltar os mecanismos de acesso à terra na fronteira, dando ênfase aos conflitos agrários existentes mediante as queixas dos colonos e os relatos de viajantes. Também utiliza o conceito de fronteira para pensar o processo de exploração, ocupação e as primeiras ações com o intuito de colonizar o que hoje se denomina de Oeste Paranaense.

Com a análise dos documentos conclui que o deslocamento humano com o intuito de abrir uma nova fronteira rumo a Oeste do território paranaense foi acompanhado de dificuldades econômicas, isolamento geográfico, tensões sociais, disputas pelo poder e conflitos agrários. Destaca também que as diferentes estratégias para a sobrevivência e funcionamento da Colônia eram evidências de que a população tinha esperança de que poderiam ter uma vida melhor e perspectivas de futuro na fronteira.

Afirma que os conflitos agrários têm início quando se abre uma nova fronteira e que só se cessam quando a fronteira se fecha. Ainda de acordo com Myskiw as primeiras vítimas foram os índios, que tiveram de migrar das margens dos rios Iguaçu e Paraná com a chegada dos paraguaios, argentinos e brasileiros, seguida dos pequenos colonos.

Outro trabalho sobre Colônia Militar de Foz do Iguaçu é a dissertação de mestrado do Evandro Ritt defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (2011) intitulada “A Colônia Militar de Foz do Iguaçu-PR um Projeto de Consolidação de uma Fronteira: 1880-1920”<sup>21</sup>. Tendo como objetivo verificar as ações e as estratégias dos militares no processo de ocupação e colonização dessa região, investigando também as transformações e conflitos provenientes da presença dos militares com as populações que ali

---

21 RITT, Evandro. **A colônia militar de Foz do Iguaçu-PR: Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880-1920.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

viviam antes de sua fundação. Utiliza como fontes os Relatórios dos Presidentes de Província do Paraná, os Relatórios produzidos pelos Ministros da Guerra e os relatos dos viajantes que trabalharam ou visitaram a Colônia Militar e a região no período estudado. Com base nessas fontes analisa o cotidiano dessa fronteira, suas dificuldades e realizações.

Ritt conclui que os objetivos primários da fundação da Colônia Militar não deram certo, pois muitos foram os fatores que contribuíram para que o estabelecimento não promovesse sua função junto ao Ministério da Guerra e a Província do Paraná e dos próprios militares. Destaca que a exploração da erva mate e da madeira como principal fonte de desenvolvimento social e econômico da região colaborou como fator que prejudicou a administração militar, pois impedia o desenvolvimento de outros setores.

Adelson André Bruggemann em sua dissertação intitulada “A sentinela isolada: o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)”<sup>22</sup> analisa os principais aspectos do cotidiano dessa Colônia Militar instalada no interior da província de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX, onde destaca a experiência de alguns soldados do Exército brasileiro e de seus familiares que cumpriam os objetivos do poder público, que tinha como pretensão a expansão das áreas de colonização e reforçar a economia interna desta província.

Bruggemann utiliza os documentos sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Além dos relatórios dos ministérios do Império e da Guerra e das atas dos Presidentes de Província, consultados no site do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. Faz pesquisa

---

22 BRUGGEMANN, A.A. A sentinela isolada: O cotidiano da Colônia Militar de Santa Thereza (1854-1883). 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

nos acervos do Arquivo Histórico Municipal de São José e no Arquivo Histórico do Exército- AHEX. Também utiliza os relatórios mensais do diretor da colônia, que fornece detalhes a respeito das pessoas que viviam nesse núcleo militar.

O autor parte para um trabalho de microanálise, adotando uma análise quantitativa, envolvendo tratamento estatístico dos dados, especialmente os encontrados nos mapas mensais do pessoal e de doenças com relações nominais dos habitantes da colônia e mapas da produção quantitativa e qualidade. Utiliza trabalho dos historiadores Michel de Certeau e Maria Odila Leite Dias para pensar aspectos relacionados ao cotidiano da Colônia.

Bruggemann conclui que em quase 30 anos a Colônia Militar cumpriu com seus principais objetivos que eram: manter o caminho entre as vilas de São José e Lages; dar suporte para a colonização da região; e, cobrar os impostos sobre as mercadorias transportadas entre o litoral e o planalto catarinense. Ressalta o papel do soldado como um trabalhador compulsório, sujeitos a autoridade do diretor da colônia, expressa no Regulamento e na disciplina militar.

Jéssika de Aquino Bezerra investiga a fundação da Colônia Militar do Jataí e o seu desenvolvimento no vale do rio Tibagi em sua dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal de São Paulo intitulada “Civilizar os Sertões, consolidar o Estado, a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)”<sup>23</sup>.

Utiliza como fontes correspondência do Presidente da Província do Paraná com o Ministério da Guerra, correspondências com o Ministério da Agricultura e Ministério do Império e correspondências entre o Ministério do Império e do Ministério

---

23 BEZERRA, Jéssika de Aquino. *Civilizar os Sertões, consolidar o Estado, a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)*. 2015. 275 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

da Guerra, disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ. Também utiliza documentos do Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Documentos da Biblioteca Nacional – BN, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, do Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) de Curitiba e da Biblioteca Pública de Curitiba, além dos Relatórios de Presidentes da Província do Paraná 1850-1897, Relatórios Ministeriais e Regulamentos das Colônias Militares.

Bezerra faz uma alternância nas escalas de observação, passando de um contexto político amplo para uma observação aproximada para entender o objeto de maneira mais completa, o que permite adentrar em outros campos de estudos históricos, como as redes de relações entre os diferentes sujeitos históricos, os comportamentos sociais, a formação e a transformação de identidades coletivas, as estratégias individuais, familiares e de coletividades frente a novos desafios. A microanálise orientou este trabalho, onde as escolhas políticas e práticas dos indígenas e livres pobres permitiram compreender o processo de formação dos núcleos no Tibagi e sua manutenção.

Bezerra concluiu que as Colônias Militares e Aldeamentos Indígenas desempenharam o papel de acomodar os livres pobres, libertos e indígenas, considerados como ociosos e potencialmente perigosos para a ordem, pois o movimento de expansão para dentro promovido pelo governo central definia como estratégica inserir a própria população indígena no plano de absorção de suas terras. Resultando no massacre das populações nativa. Afirma que a Colônia passou por diversos momentos na sua produção agrícola e em seu comércio e que as necessidades, as escolhas e as vontades dos colonos sempre nortearam o desenvolvimento do núcleo. Ainda de acordo com a autora a preservação da Colônia Militar do Jataí e dos Aldeamentos Indígenas por mais de 40 anos demonstrou a relevância daqueles empreendimentos para os go-

vernos provincial e central, pois continham e ordenavam a grande população indígena dispersa pela região norte paranaense.

Outra obra sobre Colônia Militar instalada no Sul do Brasil é o livro de João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin intitulado “Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)”<sup>24</sup> publicado no ano de 2018. O objetivo dos autores é analisar alguns elementos que compuseram a estruturação oficial e cotidiana da Colônia Militar de Caseros, correlacionando questões específicas que norteavam os objetivos das que se estruturaram em zonas interioranas no país.

Os autores utilizaram a documentação disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS, principalmente correspondências trocadas entre diretores e capelães da colônia e de diretores do aldeamento indígena e presidentes de Província. Pesquisaram documentos ligados a apropriação da terra na região Norte/Nordeste da província no período de 1854 a 1890. Também estiveram no local onde se localizava a Colônia, onde entrevistaram alguns descendentes de habitantes, pessoas com mais de 80 anos que lembravam das narrativas de seus avós. Também estiveram na Terra Indígena Monte Caseros, onde entrevistaram caciques e pessoas idosas.

Concluem que a regulamentação dos requerimentos de títulos de propriedade perpassou a questão indígena, onde as terras onde foi instalada a Colônia, puderam ser concedidas ou comercializadas na região em razão do controle sobre os indígenas. Destacam que a multiplicidade de sujeitos que compunham a Colônia Militar de Caseros detona que o projeto não foi restrito a militares e não tinha seu funcionamento restrito em prol da concretização dos objetivos gerais da colonização. Essa diversidade de indivíduos possibilitou a compreensão de que se desenvolvia

---

24 TEDESCO, João Carlos. VANIN, Alex Antônio. **Entre a Espada, a Cruz e a Enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)**. Erechim: All Print, 2018.

um complexo emaranhado de relações e situações, que revelou conflitos, tensões, cooperações e parcerias, cooptações, expulsões e insubordinações.

Na figura 02 podemos conferir a localização das colônias Militares instaladas no Brasil Meridional:



**FIGURA 02.**  
*Localização das Colônias Militares instaladas no Sul do Brasil.*

**FONTE:** IBGE.  
*Adaptado por Leticia Maria Venson.*

Sobre a Colônia Militar do Xaçepó tema da presente dissertação não há muitos trabalhos. Surgiu como tema de pesquisa recentemente com os trabalhos de conclusão de curso de Franciele Scapinello (2010) e de Leticia Maria Venson (2018) e no livro do jornalista Mario Xavier (2016).

Franciele Scapinello em sua monografia do curso de direito intitulada “Usucapião de terras devolutas da Ex-Colônia Militar

do Xapecó”<sup>25</sup>, faz uma análise da situação agrária da região e sobre a possibilidade de usucapir as terras devolutas da região. Utiliza como fontes Constituições Federais, Leis em que há alguma relação com a questão da posse de terra e de fronteiras e alguns mapas. A pesquisa inicia-se com o olhar jurídico, voltada para a compreensão da questão da disputa das terras no Oeste Catarinense e de que forma ocorreu a ocupação dessas terras, e os aspectos fundiários do território que pertencia a Colônia Militar do Xapecó.

A metodologia que Scapinello utiliza é o científico dedutivo, partindo das generalidades apontadas dos objetivos específicos com enfoque no objetivo geral. Também faz pesquisa bibliográfica, com análise de leis nacionais, normas, consultas jurisprudenciais e doutrinárias sobre o tema. Conclui que no período analisado não havia a preocupação de promover o povoamento ordenado, pois a estrutura fundiária e os objetivos para o uso da terra eram outros. Destaca que não há no ambiente jurídico-legal autorização que permita usucapião de terras devolutas, pois o fato da terra não estar em nome de particular não o tipifica em terra devoluta. Porém a autora não vê obstáculo ao reconhecimento que as terras devolutas ainda que em faixa de fronteira podem ser usucapidas, independentemente de justo título e boa-fé, pois as terras devolutas não estão incorporadas ao patrimônio particular e nem foram discriminadas ou arrecadas pelo Poder Público.

No trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2018 pela Universidade Federal da Fronteira Sul intitulado “José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó 1880-1898”<sup>26</sup> o ob-

---

25 SCAPINELLO, F. G. **Usucapião de terras devolutas da Ex-Colônia Militar de Xapecó**. 2010. 83 f. TCC (Graduação em Direito) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2010.

26 VENSON, Leticia Maria. **José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó 1880-1898**. 2018. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

jetivo principal foi a análise do processo de criação e constituição da Colônia Militar do Xaçepó, onde Bormann permaneceu como diretor. Atentando especialmente para as justificativas colocadas pelo governo para a sua instalação e a ocupação do atual Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense. Investigou também as razões do lento crescimento no processo de colonização regional verificado no período da administração militar. O qual apresentamos uma versão atualizada no presente livro.

Mário Xavier, autor do livro “O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó: Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense”<sup>27</sup>, foca nos anos de 1900 a 1903, os anos finais do regime militar na Colônia, enfatizando a administração de João José de Oliveira Freitas. De acordo com Mário Xavier o propósito foi produzir um livro não acadêmico, com linguagem acessível ao grande público, mas rigoroso na utilização das fontes e criterioso no tratamento das informações.

O livro tem caráter jornalístico-literário, onde o autor leva em conta conteúdos acadêmicos, viagens, entrevistas, captação de imagens e documentos em acervos locais, estaduais e nacionais, com destaque para o Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro - AHEx e para o Centro de Memória do Oeste em Santa Catarina – CEOM. Também utiliza relatos escritos baseados em testemunho oral de filhos de João José de Oliveira Freitas.

## **1.2. QUESTÃO DE PALMAS**

Dos conflitos entre Brasil e Argentina por terras na região meridional das Américas, o mais acirrado, talvez tenha sido o denominado Questão de Palmas, no qual a atuação no campo das

---

27 XAVIER, Mário. *O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó: Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense*. Florianópolis: Insular, 2016.

relações exteriores foi intensa, tendo resultado, entre outras medidas, na fundação de duas Colônias Militares, a do Xopim e do Xapecó (1882), e posteriormente a do Foz do Iguaçu (1888).

Com a emancipação das colônias ibéricas na América, o que determinou as fronteiras foi o princípio de *uti possidetis*, ou seja, quem ocupasse de fato o território seria seu dono de direito. Com relação ao território contestado pela Argentina, não há documentos que evidenciem posses portuguesas naquele território no período colonial, porém também não há comprovação de possíveis posses espanholas na região.

Segundo Arlene Renk<sup>28</sup>, o povoamento do interior do sul do país foi iniciado pelo criatório. As fazendas tinham a possibilidade de serem implantadas com uma quantia razoável de capital econômico e com poucos braços, permitindo povoamentos escassos. Em 1839 foi a conquista dos campos de Palmas e a Freguesia de Palmas foi instalada na década de 1840, onde enfrentou muitas dificuldades devido a sua localização em uma região muito isolada e de difícil acesso e comunicação. Foi somente na década de 1880 que foram tomadas medidas para atrair a população para a região oeste paraense, principalmente por conta da erva-mate e das florestas existentes pouco exploradas.

A exportação da erva-mate e a exploração da madeira eram os alicerces da economia paraense no final do século XIX e início do século XX. Com a descoberta dos Campos de Palmas onde havia grande quantidade de erva-mate e de madeira, tornou-se necessário a instalação de colônias como forma de explorar esses produtos. Portanto o Governo Federal e o provincial tomaram iniciativas de fundá-las.

Os primeiros núcleos criados foram localizados ao longo das vias de comunicação dos Campos Gerais com os de Palmas e

---

28 RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1990.

Guarapuava, foram estabelecidos no chamado interior do sertão, onde procuraram atrair a população para essa região ainda não explorada. O objetivo da criação desses núcleos populacionais era a expansão, a ocupação e o povoamento da região. Porém estes núcleos não tiveram o desenvolvimento esperado, pois enfrentaram um leque variado de dificuldades e não receberam o necessário apoio governamental para seu desenvolvimento.

Como os limites territoriais achavam-se pouco limitados e havia grande quantidade de erva-mate os argentinos instalaram clandestinamente suas ervateiras na área fronteiriça. Segundo Vera Lúcia Fregonese Barros:

Tanto os argentinos como os paraguaios haviam tomado conhecimento da existência de grandes ervais e das áreas florestais durante o período da Guerra do Paraguai, quando percorreram parte da região em missões militares. Muitos voltariam, posteriormente a fim de explorarem as florestas naturais e instalarem-se como proprietários de ervais e serrarias, sobretudo os argentinos<sup>29</sup>.

No relatório do Ministério da Guerra do ano de 1881 é abordado a questão dita acima, pois a constante presença dos argentinos no território de fronteira, fazia com que a população se sentisse insegura, tendo medo de possíveis ataques. O governo Imperial acreditava que essa invasão não passava de simples empresa de alguns aventureiros, sem a devida permissão ou incentivo do governo argentino. Sendo necessária a tomada de algumas medidas para reverter a situação, utilizam essa questão e os supostos indígenas selvagens como uma das justificativas para criar as Colônias Militares na região.

Inclusive, posteriormente a região seria reclamada como pertencente a Argentina, pois alegavam que os limites originais

---

29 BARROS, Vera. *Op.*, Cit. p.157

eram os rios Chapecó e Chopim, fazendo desencadear uma questão de limites entre o Brasil e a Argentina. Em alguns mapas argentinos do século XIX o território aparece como argentino e denominado *Misiones*. Na dissertação defenida em 2020, analisamos o conflito territorial com base em fontes argentinas, com o intuito de compreender o contexto do litígio territorial na perspectiva do Governo argentino.

Para compreender a criação da Colônia Militar do Xapecó é preciso remontar ao cenário onde o Brasil ainda era colônia de Portugal e a Argentina da Espanha, sendo esse conflito sobre os limites territoriais algo herdado dos colonizadores. O início dessa divergência remonta ao Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Santo Idelfonso (1777), os quais não resolveram a questão de limites entre Portugal e Espanha. Após a independência da Argentina (1810) e do Brasil (1822) a questão de limites ficou acirrada entre esses dois países assim como foi entre Portugal e Espanha, sendo a contestação do território que é hoje o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina conhecido como a “Questão de Palmas” ou *Misiones*.

Em 1856, foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, estabelecendo que as embarcações brasileiras e argentinas, tanto os mercantes como as de guerra, poderiam navegar nos rios Paraná e Uruguai, na parte em que estes rios pertencessem ao Império do Brasil e a Confederação Argentina. Em 14 de março de 1857, José Maria da Silva Paranhos representando o Império e Barnabé Lopez, representando a Confederação Argentina, firmaram um Tratado de Limites e Extradicação de Criminosos, esse tratado definia que a fronteira dos dois países se daria pelos rios Peperi-guaçu e Santo Antônio, explicitando que esses rios são os reconhecidos em 1759 pelos demarcadores do tratado de 13 de janeiro de 1750, celebrado entre Portugal e Espanha<sup>30</sup>.

---

30 HEINSFELD, A. *Fronteira Brasil/Argentina: A Questão de Palmas* (de Alexan-

O tratado de limites firmado em 1857 foi discutido pelo Poder Legislativo na Confederação Argentina, onde foi aprovado em sessões secretas pelo Senado. Porém os argentinos aprovaram o tratado com algumas modificações, apontam que os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio são os que se acham mais ao oriente, no caso o Rio Chopim e Chapecó para os brasileiros. Devido a situação interna na Argentina (Guerra Civil) a ratificação não ocorreu, sendo assim o tratado permaneceu como “letra morta”. O Brasil continuou exercendo jurisdição sobre a área em questão<sup>31</sup>.

Em 1859 visando proteger o território de possíveis ataques ou atividades exploratórias dos argentinos, o Governo Imperial pelo decreto de nº 2.502 de 16 de novembro de 1859 cria duas colônias militares, a do Xopim e a do Xapecó. Porém, com o conflito interno vivido pela Argentina e a eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870), a instalação das colônias foi retardada<sup>32</sup>. A questão de limites não foi mais discutida até 1875, quando após a Guerra da Tríplice Aliança, negociaram-se as fronteiras entre Argentina e Paraguai. Brasil impede que a Argentina anexe a seu território todo o Chaco Boreal, o que fez com que a Argentina rememorasse o conflito territorial com o Brasil.

Em 1875 houve uma nova tentativa entre esses dois países de criarem um Tratado de Limites sendo configurado como limite nesse tratado o mesmo estabelecido pelo Tratado de Madri. Os limites deveriam seguir pelos rios Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antônio e Iguazu e para não se ter dúvidas era dito especificamente que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio eram os que tinham sido reconhecidos pelos demarcadores em 1759 e não os descobertos em 1788 os quais mais ao ocidente os argentinos denominavam com o mesmo nome. Esse Tratado não foi aprova-

---

dre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

31 Ibidem.

32 Ibidem.

do pela Argentina, pois os parlamentares argentinos durante um Congresso da Confederação Argentina advertiram o seu governo que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio “são os que se acham mais ao oriente com esses nomes”, tendo assim um conflito pela demarcação desses rios<sup>33</sup>.

Em 1876 há uma nova negociação referente aos limites quando o representante do governo brasileiro, diplomata Barão Aguiar de Andrada, vai para Buenos Aires para encaminhar novas negociações com o governo argentino, porém Aguiar apresentou um projeto no qual os limites reivindicados pelo Brasil eram os mesmos do Tratado de 1857, sendo assim o representante da Argentina, seu ministro das Relações Exteriores Bernardo de Irigoyen não reconhecia os limites que o Brasil defendia, recomendando esquecer a demarcação de 1759 e instituir uma nova comissão demarcatória de limites, a fim de reconhecer os ditos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas suas sugestões foram rejeitadas pelo Brasil<sup>34</sup>.

Na figura 03 conseguimos observar o território contestado pela Argentina sendo oficialmente o território que hoje é o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, mais especificamente o território entre os rios Uruguai, Chapecó, Iguaçu e Chopim, uma área de 30.621 quilômetros quadrados.

---

33 FERRARI, Maristela. *Op.*, Cit.

34 HEINSFELD, Adelar. *Op.*, Cit.



**FIGURA 03.**  
*Academia  
Paranaense de  
Letras.*

**FONTE:**  
*academiapr.org.br/  
artigos/o-acordo-  
de-palmas-foi-um-  
logro-diplomatico/.  
Acesso em 19 de  
março de 2018.  
Adaptado por Alex  
Antônio Vanin.*

Segundo Adelar Heinsfeld, “Felipe Franco de Sá, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, comunicou à Assembleia Geral que em 16 de março de 1882, o governo argentino dividiu em cinco departamentos o território das Missões, transferindo-os do domínio provincial para o nacional”<sup>35</sup>. Sendo assim, em junho de 1882 foram reiniciadas as negociações entre Brasil e Argentina, onde o Brasil prosseguia reafirmando o limite pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, como é hoje, enquanto que para a Argentina o limite era assinalado pelos rios Chapecó e Chopim, o que leva o governo brasileiro a instalar no mesmo ano os postos militares nas proximidades dos rios Chopim e Chapecó, já criados pelo decreto de 1859.

Depois de várias tentativas do governo brasileiro e argentino em definirem os limites territoriais fica evidente que nenhum dos países cederia facilmente, pois os dois lados tinham visões diferentes e as consideravam corretas, o que levou ao governo

35 HEINSFELD, Adelar. *Op.*, Cit. p. 101.

brasileiro a instalar uma Colônia Militar próximo à região contestada o que veremos no subtítulo a seguir.

Ainda em 1885 formou-se uma comissão mista, chefiada pelo barão Capanema representando o Império do Brasil e pelo general Garmendia representando a Argentina, para explorar os rios Peperi-guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim, e o território situado entre esses. Porém o governo argentino mandou com antecedência o inspetor de florestas Gustavo Nierdelein, fazer reconhecimento do terreno. Ele visitou as fazendas, fez diversos questionamentos e um levantamento da população da região. Depois disso, em setembro de 1886, a comissão mista se reuniu em Montevidéu para traçar os planos de trabalho.

Durante os trabalhos da comissão surgiu um desentendimento relacionado a localização do rio descoberto e assinalado em 1791 pelos demarcadores espanhóis: os comissários argentinos entendiam que era o Jangada e não o Chopim. O governo brasileiro acabou aceitando, ciente do seu direito sobre o território. Portanto, a partir de 1888, a Argentina passou a reivindicar como fronteira os rios Chapecó e Jangada<sup>36</sup>.

Em setembro de 1889 os dois países assinaram um tratado que estabelecia um prazo de 90 dias para fixação da linha divisória entre o território brasileiro e o argentino, e se a questão não fosse resolvida seria submetida a arbitramento do Presidente dos Estados Unidos da América. Em janeiro de 1890 os ministros das relações exteriores do Brasil e da Argentina, Quintino Bocayuva e Estanislão Severo Zeballos, negociaram em Montevidéu um tratado em que o território litigioso seria dividido por uma linha que ligasse a foz do rio Chapecó a foz do rio Chopim<sup>37</sup>.

Por ocasião da assinatura do Tratado de Montevidéu, os jornais brasileiros, principalmente o *Jornal do Commercio* e *A Tribu-*

---

36 HEINSFELD, Adelar. *Op., Cit.*

37 *Ibidem.*

na do Rio de Janeiro, expressavam opiniões contrárias ao tratado, que propunha a divisão entre Argentina e Brasil de um território que sempre esteve sob a posse e domínio brasileiro. Enquanto o Tratado de Montevideú e o ministro brasileiro Quintino Bocayuva eram celebrados na capital argentina, no Brasil as discussões e torno do Tratado se acaloravam<sup>38</sup>.

Segundo Maristela Ferrari:

Pelo Tratado de Montevideú, toda a área de Campo Erê, com residentes brasileiros habitando aproximadamente seis mil e seiscentos metros do rio Peperi-Guaçu, com registro de terras há mais de 30 anos em Palmas, passaria ao território argentino. Os estrategistas militares, como é o caso dos componentes do Clube Militar do Rio de Janeiro, repudiavam o tratado condenando- como erro gravíssimo, pois afetaria diretamente os interesses do sul do país<sup>39</sup>.

E para complicar a situação Visconde de Pelotas, então governador do Rio Grande do Sul, envia um telegrama ao governo provisório brasileiro comunicando que a guarnição do seu Estado pretendia proclamar o Estado independente, separando-o do restante do Brasil, até a promulgação da Constituição Federal.

Para que o Tratado de Montevideú fosse aprovado era necessária a aceitação dos congressos nacionais dos dois países. A Câmara de Deputados rejeitou o Tratado alegando que o território pertencia ao Brasil, pois exercia soberania, existindo na região autoridades que cobram impostos, havendo estabelecimentos industriais, contando com uma população de cerca de mil pessoas, composta principalmente por brasileiros.

Devido a não ratificação do Tratado a questão foi encaminhada para arbitramento internacional do presidente americano.

---

38 Ibidem.

39 FERRARI, Maristela. *Op.*, Cit. p.106

Para representar o Brasil foi designado o Barão Aguiar de Andrada, e do lado argentino foi enviado Nicolas Calvo. Porém não chegaram a apresentar a defesa, pois ambos faleceram enquanto preparavam os projetos. Portanto foram substituídos pelo Barão do Rio Branco no lado brasileiro e por Estanislão Severo Zeballos<sup>40</sup>.

Barão do Rio Branco fundamentou seus argumentos com análises geográficas, apresentando minuciosos dados econômicos e populacionais da área em litígio, pois, o Brasil a reivindicava pelo princípio de *uti possidetis*. Buscou também documentos cartográficos que não haviam sido apresentados por nenhuma das partes litigantes no momento, que estavam nos arquivos da França, Portugal e Espanha. Do lado argentino não houve tanto empenho da parte de Zeballos, pois acreditava que o laudo arbitral lhe fosse favorável. Em 05 de fevereiro de 1895, após análise dos dois projetos de defesa, o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, deu ganho de causa ao Brasil, declarando que toda a parte do Território de Palmas situadas entre os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio pertencia ao Brasil<sup>41</sup>.

---

40 HEINSFELD, Adelar. *Op.*, Cit.

41 *Ibidem*.

## CAPÍTULO II

# A COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ

O decreto de criação da Colônia Militar do Xapecó corresponde ao ano de 1859, mas foi definida a comissão para instalar de fato a colônia só no ano de 1880, sendo a mesma instalada no ano de 1882, permanecendo em atividade até o ano de 1908, e tendo como responsável por definir a localização estratégica José Bernardino Bormann, que após a instalação da Colônia foi nomeado diretor do estabelecimento, sendo o cargo de responsável pela comissão de instalação da colônia ocupado por Marciano Augusto Botelho de Magalhães. O adiamento da instalação da Colônia estava relacionado a questões militares, econômicas e estratégicas.

De acordo com o decreto 2.502 de 16 de novembro de 1859 “Estas colônias são destinadas á defesa da fronteira, á protecção dos habitantes dos Campos de Palma, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão dos Indios, e a chamar os ditos indios, com auxilio da catechese á civilização”<sup>42</sup>. Portanto, a colônia tinha como objetivo central a defesa do território em caso de possíveis ataques do governo argentino, além de explorar possíveis potencialidades econômicas e gerar o desenvolvimento da região. Outra preocupação era com relação a catequização e aldeamento dos indígenas que tinha como objetivo controlar essa população

---

42 BRASIL. Decreto n. 2502, de 16 de novembro de 1859. Crea mais duas colônias militares da Província do Paraná ao occidente dos rios Chapecó e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Província. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1859, p. 578, Vol. 1, pt. II (Publicação Original).

evitando que dificultassem a colonização, do ponto de vista do Império e do Ministério da Guerra. Nos relatórios ministeriais e provinciais é muito pouco falado sobre os aldeamentos e os indígenas na região.

Uma dessas colônias foi a Colônia Militar do Xaçecó. O capítulo a seguir está dividido em três subtítulos. O primeiro aborda a fundação e as razões da instalação da Colônia com base nos relatórios do Ministério de Guerra e o Contrato dos Colonos, elaborado no ano de 1884 com o intuito de regulamentar a questão de terras na colônia. Cada colono e família que quisessem se instalar na colônia eram obrigados a concordar com as questões abordadas no contrato e cumprirem fielmente suas obrigações a fim de no período de dois anos conseguirem de fato a escritura das terras. Com a análise do próprio decreto de criação das colônias militares do Xaçecó e Xopim é possível notar algumas instruções de como deve acontecer a fundação e os motivos de instalação delas. Além de analisar os relatórios já mencionados que tinham por objetivo informar o governo central das condições gerais da colônia e fazer alguns apontamentos de medidas necessárias para o melhor desenvolvimento.

Por fim abordaremos a ocupação do espaço, onde é analisado o recenseamento da comarca de Palmas, detalhando precisamente quem são os colonos que vivem nas colônias militares da até então Província do Paraná e a forma que ocupavam o território da colônia.

## **2.1. FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR**

Por portaria de 16 de outubro de 1880, publicada em ordem do dia número 1543 José Bernardino Bormann foi encarregado de fundar a Colônia Militar do Xaçecó, na até então província do

Paraná, em território considerado estratégico e de fronteira para o Ministério da Guerra, sendo responsável por realizar o reconhecimento do território, bem como de escolher o melhor local, do ponto de vista estratégico e militar para a instalação do núcleo populacional ou “arraial” como é mencionado na documentação.

No Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná do ano de 1881 são publicadas as instruções que os chefes das comissões deveriam obedecer. Nestas instruções consta que deveriam considerar sob o ponto de vista estratégico, comercial e econômico o melhor local para a instalação. Enfatizando que:

O local preferido deve preencher as condições do prospero desenvolvimento, e prestar-se especialmente às da indústria pastoril, de modo a poder oferecer de futuro o gado preciso para a alimentação e transporte das praças que tenham de operar em suas imediações<sup>43</sup>.

Percebe-se que havia a preocupação com um possível ataque das nações vizinhas, no caso a Argentina, que estava contestando as fronteiras definidas pelo rio Santo Antônio e Peperi. Com um bom desenvolvimento econômico da colônia seria possível manter um contingente maior de homens para fazer o policiamento da região de fronteira, além de povoar, pois até o momento continha muitos argentinos devido a exploração da erva-mate.

Os chefes das comissões ainda teriam de relatar as condições da colônia ao ministério dos trabalhos das comissões, apresentando relatórios, acompanhados das plantas das colônias, com a divisão dos lotes urbanos e rústicos, com todos os detalhes possíveis, tendo de enviar cópias dos trabalhos a presidência da província, para ser arquivada na secretaria do governo.

---

43 PARANÁ. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná do ano de 1881. Curitiba, 1881, p.48.

Quatro meses após o início das explorações, em 14 de março de 1882 foi definitivamente escolhida para a sede ou núcleo da Colônia a campina do Xanxerê, localizando-se a margem esquerda do rio Chapecó, em território não litigioso com a Confederação Argentina. Ficando ao sudoeste da vila de Palmas tendo uma distância de em média 82 quilômetros, e a 60 quilômetros da Boa Vista, pequeno povoado ao ocidente de Palmas. Foi devido a isso que em algumas documentações, assim como no mapa que utilizamos na capa é denominada Colônia Xanxerê, que abrangia os atuais municípios de Xanxerê, Xaxim e Faxinal dos Guedes, porém ainda é conhecida mais popularmente como Colônia Militar do Xaçepó.

O local da instalação da colônia foi considerado estratégico, pois possuía terras próprias para a indústria pastoril e para a agricultura. Porém, não mantinha comunicações regulares com as vilas próximas e o seu sistema de estradas não contribuía para facilitar o intercâmbio necessário para que fosse alcançado desenvolvimento do ponto de vista econômico. Quando aos aspectos comerciais e econômicos, a posição da colônia favorecia o desenvolvimento, que seria alcançado em grau maior se as verbas enviadas pelo Ministério da Guerra fossem maiores como enfatiza Bormann em vários relatórios. O encilhamento trouxe consequências a Colônia, pois quadruplicou o valor dos suprimentos para a sua manutenção, e os valores destinados para isso não foram atualizados.

Constantemente é enfatizado o excelente clima e solo ubérrimo da colônia, onde era produzido café, fumo, cana-de-açúcar, algodão, trigo, cevada, centeio, aveia e ensaiava-se a cultura da vinha, onde era produzido vinha para a população da colônia principalmente para os praças. O comércio era limitado, consistindo apenas na permuta dos gêneros produzidos pelas pequenas lavouras, acontecendo o mesmo a indústria, incapaz de

ter um maior desenvolvimento, pela distância em que estava a colônia dos centros populosos.

A primeira referência aos objetivos, encontra-se no artigo das Instruções que baixam com o Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859, onde assinala que as colônias do Xopim e do Xapecó são destinadas a defesa da fronteira, a proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão de índios, com auxílio da catequese e dos aldeamentos.

Porém apenas parte desses objetivos puderam ser alcançados durante o período de existência da colônia. Em relação a defesa da fronteira com a Argentina, este estabelecimento assim como a Colônia do Xopim não apresentou condições de enfrentar um ataque dos argentinos. A colônia manteve um quadro militar reduzido, possuindo pouca carga de munição e poucas armas. E dificilmente poderia proteger a população localizada proximalmente como indicado no Decreto de criação, pois as distâncias e as dificuldades de comunicação entre a colônia e estes lugares dificultava a prestação de auxílio necessário, conforme o relatado nos Relatórios do Ministério de Guerra e da Província do Paraná.

Segundo Walter F Piazza a Colônia Militar do Xapecó não foi um mero posto avançado de soberania nacional<sup>44</sup>. Teria uma missão povoadora e civilizadora, pois as famílias instaladas nas periferias, cerca de 40, foram convidadas a integrarem a colônia, com garantias de posse de terra, com o fornecimento de material para a construção das moradias. Além de promover o resguardo da fronteira, previa a colonização desse território pouco habitado, como forma de impedir o avanço argentino. Uma das primeiras providencias tomadas pela comissão de instalação da colônia foi a construção de um engenho de serra movido a água, com o objetivo de fornecer todo o material para a construção das casas dos colonos e prédios.

---

44 PIAZZA, Walter F. *Op.*, Cit.

No ano de 1884 foi elaborado um *Contracto de Colonos* por Marciano Augusto Botelho de Magalhães contendo 10 artigos. O primeiro artigo é referente ao transporte dos colonos e suas famílias até a colônia, que ficaria por conta do Estado, porém deixa claro que família para o governo imperial no presente momento entendia-se a mulher e filhos até a idade de 18 anos, não contando com filhos maiores de 18 anos, pais, avós, cunhados, primos e afins. No segundo artigo é mencionado que o colono tinha direito a uma “ração” de alimentação diária e a meia “ração” para mulher e cada filho, desde o dia de sua partida para a colônia até o momento da colheita das roças, era uma forma do governo conseguir estimular os colonos a mudarem-se para colônia, fomentando assim a colonização do território.

O contrato definia que cada colono receberia cinco mil reis e cada mulher e filho duzentos reis mensalmente, a título de gratificação até o período das colheitas. Os filhos maiores de 18 tinham a possibilidade de tornarem-se colonos, tendo as mesmas vantagens dos pais. Ainda ficou definido que os serviços do médico e do capelão e a farmácia da colônia seriam gratuitos aos colonos e suas famílias.

Um fato bastante interessante é a liberdade religiosa definida no *Contracto de Colonos*, porém é enfatizado que não seria admitido qualquer desacato com a religião do Estado, que até o momento, no caso final do século XIX, era o catolicismo, como é explícito na citação abaixo, nos diversos relatórios não é citada a existência de outro prédio religioso além da Igreja Católica.

A elegante igrejinha com duas tôrres, tôda construída de madeira, pintada de branco com frisos azues, tinha entronizada em seu altar-mor uma grande e linda imagem do S.S. Coração de Jesus, da devoção do Diretor Bormann que, segundo ouvi, mandou buscá-la de Paris, à sua custa. Na sacristia nada faltava: ricos paramentos, finíssimas alfaias,

etc. Para o culto divino. Na tórre do lado direito via-se o campanário com dois sinos. Três portas na frente. Na primeira, à direita, fica o batistério<sup>45</sup>.

No sétimo artigo são definidos a área dos lotes que variaria de 25 a 50 alqueires<sup>46</sup> conforme o número de pessoas de cada família e depois de dois anos de cultivo habitual. Todo colono era obrigado a dar um dia de serviço em cada mês para os trabalhos gerais da colônia dentro dos dois anos estabelecidos. Auxiliar na limpeza e manutenção dos caminhos e estradas, assim como da área urbana da Colônia Militar do Xaçecó. Caso o descumprimento do contrato o colono era obrigado a indenizar o Estado de todas as despesas feitas consigo e sua família. Após os dois anos do contrato e satisfeita todas as cláusulas, os colonos poderiam pedir o título de propriedade de suas respectivas terras que passaria por uma análise do diretor da Colônia, que decidiria por concedê-las ou não. Porém, no período analisado percebeu-se que o número de títulos definitivos expedidos foi bem reduzido. Fazemos uma melhor análise sobre a situação agrária da Colônia na dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Segundo o Regime da Colônia disponível no Relatório do Ministério de Guerra do ano de 1884, a colônia foi dividida em três distritos, sendo que o primeiro começava na localidade denominada Pesqueiro e terminava a margem direita do Xanxerê, o segundo que era o menor, porém mais populoso ia do Xanxerê até o arroio da Serrinha e o terceiro estendia-se da Serrinha até o Xaxim. Cada distrito tinha um inspetor encarregado da sua política e organização.

Na entrada da povoação da colônia havia um corpo de guarda para tomar conhecimento das pessoas que entravam, além de

---

45 XAVIER, Aristoteles. Op., Cit. p. 106

46 Um alqueire correspondia a 24.200 m<sup>2</sup>, o equivalente 2,42 hectares.

inspecionar o fluxo de pessoas que passavam pelo caminho geral que liga a província do Paraná a do Rio Grande do Sul.

Apesar dos colonos terem a obrigatoriedade de prestar mensalmente um dia de trabalho gratuito ao Estado, os produtos de suas lavouras pertenciam-lhes exclusivamente, podendo vendê-los onde e a quem quisessem. Porém se quisessem vendê-los as tropas havia uma tabela a que deviam se sujeitar.

A duração do serviço era conforme as estações do ano de 8 a 9 horas. Ao descanso e refeições era cerca de 2 horas. Para que os praças não perdessem os hábitos militares, de tempo em tempo, formaram em parada de revista, executando ~~então~~ diversas evoluções. Ainda é mencionado que ~~será~~ colonos seriam contratados quando necessário para as obras de edificação, tendo um valor pré-determinado de quanto receberiam pelo serviço, descontando os ~~dois~~ dias de trabalho gratuito que eram obrigatórios. Nestas obras e na abertura de picadas para a medição e demarcação dos lotes, ~~serão~~ previa-se a utilização dos praças do contingente que receberiam uma gratificação diária. Reforçando a ideia de que os militares, antes de serem militares eram colonos.

Além do Relatório do ano de 1883 e 1884 não é citada a situação dos indígenas no território da Colônia Militar do Xapacó. No relatório de 1883 é enfatizado que Bormann conseguiu catequizar e “chamar a serviço” alguns indígenas, tendo tal ato agrado o Ministério de Guerra tendo em vista a economia de recursos dos cofres públicos. Porém não é dato mais detalhes nos relatórios a seguir a fim de esclarecer de que forma Bormann os tenha catequizado.

O relatório de 1884 é um pouco mais detalhado nessa questão se comparado ao anterior, no momento o município de Palmas contava com três toldos: um próximo a vila, outro próximo ao passo da Balsa, junto a margem esquerda do Chapecó, e o terceiro no lugar denominado Formiga, a 3,5 léguas da colônia. O

governo Imperial encarregou a comissão da colônia militar do Xapecó de escolher um local apropriado para aldear os índios. Bormann já havia reclamado as providências necessárias aguardando a terminação dos principais trabalhos da comissão para dar começo a um grande aldeamento nas Formigas, fundindo em um só os três toldos existentes. No relatório não é citado qual a etnia dos indígenas, o redator esclarece que tais informações foram solicitadas, porém não houve retorno por parte dos responsáveis de Palmas, mas segundo a bibliografia existente eram indígenas kainkang. Comenta que:

Segundo informações particulares que tive, os indígenas catechizados de Palmas levão uma vida semi-nomade e ociosa, entregão-se a embriaguez e frequentemente furtão. Nestas condições dadas certas circunstancias, em vez de se poder confiar n'elles como elemento defensor da fronteira, podem tornar-se perigosos aos habitantes<sup>47</sup>.

Percebe-se que ao quererem aldear os indígenas um dos principais objetivos era o de “civilizar” a fim de que servissem como defensores da fronteira até então pouco habitada. Apesar das propagandas vinculadas em vários jornais do Paraná e de outros estados, a população de fronteira nunca teve um número elevado, sendo assim os indígenas seriam uma boa alternativa a fim de conseguirem o território contestado com o princípio de *uti possidetis*. Porém segundo o redator os indígenas eram considerados um empecilho para tal medida, pois bebiam e furtavam, podendo tornar-se perigosos para as populações, essa visão dos indígenas era amplamente difundida no século XIX e início do século XX.

Segundo Wilmar da Rocha D'Angelis na tradição oral dos Kaingang do Xapecó e dos da região de Clevelândia, eles parti-

---

47 Relatório do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1884. p. 31

ciparam na abertura da picada da linha telegráfica de Palmas ao Goyo-En, no início da década de 1890. Encerrados os trabalhos, voltaram até Boa Vista (Clevelândia) e lá já estava o dinheiro que o governo havia mandado para pagar os índios. Bormann era visto como um “indianista” supostamente falando fluentemente o “Caingângue” que era a língua da tribo dominante da região. Segundo o Centenário do Marechal Bormann “Protegia os selvícolas com verdadeiro carinho, alojando os em aldeamentos e assistindo-os em suas necessidades”<sup>48</sup>.

A visão do Centenário de Bormann é muito romantizada, tendo em vista que não estava fazendo mais que suas obrigações em aldear os indígenas, pois vinham verbas do governo provincial para tais medidas. Há menção de documentos no Arquivo do Paraná, em Curitiba de algumas reclamações de Bormann feitas com relação aos indígenas da região. Em uma dessas reclamações solicita o pagamento dos alimentos fornecidos aos índios guaranis, destacando que era segunda e última vez que o fazia, pois, os ditos índios já tinham suas roças com plantações de milho e feijão.

O Relatório do Presidente da Província do Paraná de 1882, dizia que os soldados e suas famílias em grande maioria vinham do Norte do até então Império, e tinham a preocupação que o clima frio da Província influenciasse a saúde, causando alguma enfermidade, além de enfatizar as ótimas condições de salubridade da colônia.

Eleva-se em dezembro último a 242 o número de habitantes da colônia, não incluída a força militar, tendo-se dado, portanto, um aumento de 52 em relação ao número existente em 1884, sendo opinião do Diretor que grande número de famílias de diversos pontos da Província irão estabelecer-se na colônia, apenas possui esta boas vias de comunicação<sup>49</sup>.

---

48 XAVIER, Aristoteles. *Op., Cit.* P.106

49 Relatório do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro. P.50

Apesar de uma parcela significativa de militares virem no Norte do País, boa parte dos colonos eram provenientes da própria Província do Paraná, como foi destacado anteriormente. As regiões Norte e Nordeste eram as maiores fornecedoras de soldados para as atividades militares do Sul, pois normalmente eram recrutados por ocasião de rebeliões ocorridas naquelas províncias<sup>50</sup>. A origem dos praças do Exército gerou preocupação em Bormann, pois alguns estavam cumprindo pena e eram constantemente questionados com relação a sua índole. O recrutamento forçado realizado pelo Império era uma forma de controle social, pois punia seletivamente os indivíduos considerados turbulentos, que cometiam pequenos crimes, maridos infiéis, filhos desobedientes e trabalhadores pouco diligentes<sup>51</sup>.

Segundo o Relatório do ano de 1885 é criada uma estrada do Porto da União a Palmas, com o objetivo de manter a segurança das fronteiras e impulsionar o desenvolvimento das colônias militares da região. Acreditava-se que com a abertura da estrada haveria a atração de colonos para se estabelecerem na região. Nos relatórios dos anos seguintes é abordado as dificuldades para a abertura da citada estrada, pois havia a insuficiência de pessoal. O encarregado da comissão era o Major do corpo de Engenheiros Carlos Eugênio de Andrade Guimarães.

Segundo Evandro Ritt, o serviço militar em fins do século XIX, não era uma obrigação cívica, mas um castigo, o que levava os soldados a abandonarem os postos de serviços para fugirem da responsabilidade militar, outro fato importante nessa questão era a distância que as Colônias Militares tinham dos centros urbanos, além da dificuldade de acesso e impossibilidade de gastar o soldo

---

50 MARQUETTI, Dêlcio. “**Matem que eu respondo**”: Militares e Imigrantes de Poloneses na zona estratégica do Paraná (virada do século XIX para o XX). 2015. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Unisinos, São Leopoldo, 2015.

51 BEATTIE, Peter. **Tributo de Sangue**: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

militar o que desestimulava a permanência desses militares nessas regiões<sup>52</sup>. Sendo essa uma das justificativas para o número de soldados reduzido na Colônia Militar do Xapecó, pois ficava em território chamado de “sertão” pelos governantes do período e com estradas de difícil acesso ligando aos centros populacionais como Palmas e Nonoai, os altos valores cobrados pelo transporte, devido as dificuldades também é um fator negativo.

Desde o período colonial e durante todo o século XIX, o recrutamento se configurava numa verdadeira caçada humana, da qual a população trabalhadora livre fugia com horror. O recrutamento forçado operava como uma válvula de escape parcial para prisões superlotadas ao incorporar infratores e os “criminalmente” ociosos. Um livro interessante para compreender a construção do Exército brasileiros é o livro “Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945”<sup>53</sup> do Peter M. Beattie, lançado em 2009 pela Edusp, pois faz uma análise sobre o perfil dos militares e as formas de recrutamento utilizadas no Brasil Império e posteriormente na República.

Desterrar indivíduos considerados delinquentes era uma prática comum, como demonstra Francisco Ferreira Junior em sua dissertação de mestrado intitulado “A Prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX” que a utilização de presos para servirem o exército e colonizar os sertões brasileiros era algo bastante presente ainda no período Imperial brasileiro. Sendo que as políticas de povoamento planejadas para algumas regiões, nesse caso da atual Guarapuava, estava o envio sistemáticos de condenados a degredo.

Porém, tal recrutamento constituía uma prática contraditória, pois, ao obrigar criminosos e delinquentes a sentar praça, trazia um desafio maior, em colonizar essas regiões consideradas

---

52 RITT, Evandro. *Op.*, Cit.

53 BEATTIE, Peter. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Edusp, 2009.

sertões. Pois o Exército também tinha pretensões de disciplinar a população, e boa parte de seus membros era assim constituída, justamente por aqueles que haviam sido alvo de suas próprias práticas disciplinadoras.

## **2.2. A Colônia Militar e a ocupação do espaço**

O governo da Província do Paraná no século XIX e início do século XX estava voltado a ocupar as terras das colônias civis e militares incentivando a vinda dos imigrantes. Também planejavam a construção de uma ferrovia que facilitaria a ocupação do interior da província e para aí levaria o “progresso”. Com os imigrantes planejavam realizar a colonização primeiramente próxima aos centros urbanos para posteriormente, ir ao interior. Assim, o imigrante levaria ao interior o elemento nacional com o modelo social desejado pelos governantes e retiraria dali o “indesejado” a esse modelo: o indígena e o caboclo<sup>54</sup>.

No início da colonização os relatórios demonstram que o governo provincial via o indígena como um problema a formação de uma sociedade civilizada, por outro lado o mesmo governo procurou, contar com a ajuda de índios ditos civilizados para incentivar os outros índios a viverem de forma pacífica com a população colona que ocupava as terras na região. Porém nos diversos relatórios analisados para a realização do presente trabalho a presença do indígena na região é pouco citada ou simplesmente ignorada. Na realização da dissertação também houve a dificuldade de encontrar fontes que tratassem sobre a presença de indígenas na colônia, sendo necessário o cruzamento de várias fontes, para que conseguíssemos mínimas informações.

Evandro Ritt acreditava que as riquezas naturais próximas

---

54 RITT, Evandro. Op., Cit.

a capital paranaense, como a madeira e a erva-mate e a presença do índio resistindo a invasão de suas terras pelos colonos e o sistema praticado no decorrer do século XIX e boa parte do XX pelas obrages, impediu a colonização dessa região<sup>55</sup>. O Exército era a única instituição apta para ocupação, por ver na região um espaço estratégico do ponto de vista militar, por ser muito próximo a delimitação fronteira e de fácil localização para ser atacado por inimigos, tornou-se, na verdade, um local para colocar em prática a forma administrativa e de ocupação dos militares na região e para o projeto de nacionalização.

O decreto de criação das colônias militar do Xopim e Xapécó não definiu exatamente o local onde deveriam ser instaladas os estabelecimentos, sendo responsabilidade dos membros das comissões criadas escolherem o local mais propício. Na região conhecida como o Campo-Erê, foi fundada a Colônia do Xapécó, nas proximidades do rio Chapecó. A Colônia do Xopim foi fundada nas proximidades do rio Chopim afluente do rio Iguaçu, e numa região à ocidente dos Campos do Xagú.

Apesar do decreto de criação ser do ano de 1859 é somente em 1880 que são criadas as duas comissões responsáveis pela fundação. Ficou responsável pela criação Colônia do Xapécó como já citado o capitão do estado maior de 1ª classe José Bernardino Bormann, como chefe, como ajudante o 1º tenente do 2º batalhão de artilharia a pé, Antônio Tertuliano da Silva Mello e o capitão honorário do exército Felismino José Caldas, como escrivão e almoxarife. Sendo contratado também o médico Dr Francisco Alexandre Guedes Chagas. Outro médico que se fez presente na Colônia Xapécó foi o Ismael da Rocha, que fez estudos sobre as águas termais do rio Chapecó e fez parte da Comissão designada para estudar a localização dos rios Chapecó e Chopim devido ao conflito territorial com a Argentina. Um estudo in-

---

55 Ibidem.

interessante sobre é o livro “Dr. Ismael da Rocha (1859-1924) Sua vida de Cientista e Militar”<sup>56</sup> de Alberto Martins da Silva, apesar de não partir do viés historiográfico é um livro importante para a análise sobre a vida de Ismael da Rocha como militar e médico do Exército brasileiro.

No início da instalação da colônia, Bormann apontava algumas medidas que seriam necessárias para a melhoria do comércio e desenvolvimento da colônia sendo uma dessas medidas a abertura de uma picada<sup>57</sup>, do Xanxerê à vila de Palmas, que melhoraria consideravelmente o comércio com a província do Rio Grande do Sul. Essa estrada teria segundo alguns cálculos de Bormann 8 léguas, ou 52 km, que poderia ser feita sem sobrecarregar-se desde que houvesse o aumento de mais 10 praças, no contingente militar da Colônia, o que não ocorreu.

Outra medida que Bormann apontava que poderia ser vantajosa era a ~~seria~~ diminuição dos impostos de importação de animais para a província, sendo exigido então o pagamento a vista de províncias vizinhas, assim evitaria o longo prazo, fazendo crescer o comércio com as Províncias vizinhas, essa foi mais uma questão levantada por Bormann em um dos seus relatórios passados ao Ministério de Guerra. Alguns colonos recebem soldos voluntários até completarem um ano de colônia, e outros, nada receberam, pois já se achavam estabelecidos na colônia em terrenos nacionais.

Os lotes da colônia eram divididos em rústicos e urbanos. Segundo o Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no ano de 1884 os lotes rústicos deveriam ser divididos em uma área não inferior a 43,56 quilômetros quadrados, correspondente a do quadrado cujo lado é de 6,6 quilômetros, depois de serem divididos, o Diretor da colônia deveria

---

56 SILVA, Alberto M. da. **Dr. Ismael da Rocha (1859-1924):** Sua vida de Cientista e de Militar. Brasília: Thesaurus, 2004.

57 Passagem, estreita ou larga, aberta no mato.

entregar uma planta com os lotes enumerados para o Governo Imperial.

Os lotes urbanos formavam a povoação e constavam quintais tendo cada casa de madeira em geral com 30 palmos de frente sobre 25 de fundo. No ano de 1884 já haviam sido demarcados 60, com as respectivas casas construídas. Por ser a matéria-prima para a construção a madeira, sendo perecível, nos relatórios dos anos seguintes é ressaltado a necessidade de constantes reformas, tanto nos prédios públicos como nas moradias dos colonos. Ainda segundo o Relatório de 1884 as construções eram suportadas por esteios de madeira de lei, coberta de tabuinhas de pinho e paredadas com tábuas da mesma madeira. Porém as paredes da igreja eram de pedras argamassadas com barro.

Em 1884 não havia na colônia soldado ou paisano apto em rudimentos e alvenaria. Podendo vir por alto preço de Nonoai, a doze léguas de distância, porém devido a questões financeiras e a alta quantidade de pinheiros e madeira de lei nas matas aos arredores da colônia tornava-se mais proveitoso a utilização desse material. Foi montado um engenho de serrar, tocado por água, prestando ajuda no corte das árvores que antes eram cortadas e falquejadas a machado pelos soldados, o que acelerou o processo de construção das casas e prédios militares e modificou a paisagem.

Os territórios demarcados para a colônia eram bem extensos, portanto, apresentava altitudes diferentes, sendo que o clima variava do frio ao temperado, e os terrenos consequentemente admitiam variedade de culturas. No ano de 1884 eram plantados milho, feijão, cana-de-açúcar, batatas e hortaliças, tudo em pequena escala. Para a fabricação do açúcar, rapadura e aguardente foi construído um engenho para ser movido pelos animais. Outra cultura cultivada foi a vinha, utilizada para a fabricação de vinho para o contingente militar da Colônia.

Na maioria dos relatórios analisados uma das preocupações dos redatores era de ilustrar quantas pessoas estavam vivendo na colônia, como forma de enfatizar o seu desenvolvimento, porém não eram abordadas as características desses colonos, além de os separarem por gênero e por idade, ou seja, com base nos relatórios não é possível identificar de onde são esses colonos e militares e nem a suas faixas etárias. Porém no ano de 1890 é realizado um recenseamento na comarca de Palmas, detalhando especificamente toda a população, principalmente as das Colônias Militares. No momento do recenseamento a colônia contava com cerca de 522 habitantes, sendo 238 mulheres e 284 homens. Desses habitantes 182 eram considerados mestiços, 169 brancos, 151 caboclos e 20 pretos. E somente 20 homens e 7 mulheres eram estrangeiros, vindos da Alemanha, Áustria, Espanha, Itália, Paraguai, Portugal e da Ásia. Ou seja, apesar da preocupação de inserir os imigrantes na colônia, os colonos eram em sua grande maioria brasileiros<sup>58</sup>.

No Jornal do Commercio de Curitiba é encontrado duas propagandas, uma do ano de 1883 voltada exclusivamente para as famílias alemães dizendo o seguinte: “Famílias alemães-O governo geral oferece vantagens compensativas as famílias alemães que quiserem ir para a Colônia Militar do Xapecó, no Xanxerê. O Sr. capitão ajudante de ordens da presidência está habilitado a dar informações a respeito” e outra do ano de 1884 chamando os colonos a se instalarem na Colônia Militar do Xapecó, também oferecendo vantagens as famílias que tivessem interesse.

Na colônia foram criadas duas escolas, uma diurna que no ano de 1884 contava com 22 alunos e uma noturna que contava com 26 alunos. O professor da escola era o capelão, porém, em diversos momentos foi relatado a falta de um capelão, o que passava a responsabilidade de conduzir a escola para algum colono,

---

58 Recenseamento da Comarca de Palmas de 1890.

o que originou prejuízos aos alunos, pois na época de plantação e colheita as aulas eram canceladas. No ano de 1887 Bormann criou uma escola de música na colônia, onde ofereceu os instrumentos e artigos necessários para tal feito. Nos próximos relatórios é demonstrado que houve interesse e boa vontade dos alunos que frequentam as aulas.

Para a animação das confraternizações havia uma banda de música, formada por 17 integrantes sob o comando do colono Fortunato Bernardino Marçal. Aos domingos e feriados faziam retreta no coreto<sup>59</sup>, ou seja, faziam o toque militar que antecede a hora de recolher. As datas oficiais eram solenizadas também com o hasteamento da Bandeira Nacional e com as salvas de artilharia determinadas na ordenança, também havia festividades realizadas no dia 14 de março, considerado o aniversário da Colônia.

Segundo Evandro Ritt:

Dessa forma há uma tentativa de se criar um conjunto de fatores naturais depositários de um sentimento comum, no qual as pessoas se vejam inseridas no processo e reconheça também o seu imaginário nesses fatores, como a natureza, a terra que nesse sentido se tornaria comum a todos os indivíduos<sup>60</sup>.

Incorporando as representações simbólicas que compõem o Estado, como a bandeira, as leis, entre outras coisas os militares tentavam inserir os conceitos de povo e de nação ao território, procurando estabelecer as suas ideologias sobre essa população até então, pouco assistidas pelo Governo Central. Era uma forma de se reafirmarem enquanto militares e brasileiros, a fim de criarem uma identidade nacional, com o intuito de legitimar a ocupação.

---

59 Pequena construção no meio de uma praça, normalmente no formato redondo, protegida por grades, onde pequenas bandas marciais das cidades do interior faziam (ou fazem) apresentações para o público.

60 RITT, Evandro. *Op., Cit.* p. 14

No contexto de mudanças sociais, econômicas e políticas durante o final do século XIX eclodiu a Revolução Federalista em 1893, no estado do Rio Grande do Sul, que se espalhou pelos estados de Santa Catarina e Paraná e que contribuiu para aumentar a tensão na fronteira do Paraná. Devido a ameaça de invasão dos federalistas Bormann construiu um sistema de fortificação na Colônia, além de convocar todos os homens válidos, cerca de 300, que foram distribuídos da seguinte forma: 200 praças de infantaria, comandadas pelo capitão honorário Tertuliano Albuquerque, 60 de cavalaria, sob o comando de João Batista Xavier e 30 para as guarnições da artilharia, subordinadas ao capitão Vitorino Geolás<sup>61</sup>. Grande maioria dos convocados não tinha a mínima instrução militar, ou seja, em caso de ataque seriam facilmente rechaçados. Com a propagação da Revolução Federalista e a presença de federalistas na Colônia Xapécó, Bormann foi chamado a Curitiba para prestar esclarecimentos. Foi dispensado do cargo de diretor da Colônia e de Comandante da Guarnição e Fronteira de Palmas e transferido para a segunda classe do Exército, além disso foi expedido uma ordem de prisão, tais decisões posteriormente foram revogadas devido a comprovação de sua “lealdade a República”<sup>62</sup>.

No Relatório de 1897 é destacado a necessidade de reforma das fortificações construídas devido aos avanços das forças revolucionárias do Rio Grande do Sul durante a Revolução Federalista, porém a verba voltada para o custeio de tais medidas era insuficiente. Percebe-se uma mudança no discurso do relator do Relatório no ano de 1897 onde enfatiza que além do serviço colonial a colônia tinha o objetivo de fazer a vigilância de uma vasta fronteira, ou seja, não havia mais a ameaça de uma suposta invasão do governo argentino, pois a questão de Palmas foi re-

---

61 XAVIER, Aristóteles. *O Centenário do Marechal Bormann*. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944. p. 107

62 *Ibidem*. p. 28

solvida no ano de 1895 como já citado anteriormente, porém era necessário o governo se fazer presente nesse território para que não houvesse a violação desses limites. Na dissertação analisamos de forma mais assídua as consequências da Proclamação da República na Colônia, com a crise econômica e a Revolução Federalista, tendo como fonte de análise o livro escrito pelo próprio Bormann “Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Paraná”.

Nesse período o contingente militar contava apenas com 17 praças, sendo insuficientes para atender os trabalhos coloniais e a manutenção da ordem. Por diversas vezes Bormann fez o pedido para que tal destacamento fosse elevado a 100 praças, tendo preferência pelos casados, para que no futuro, depois do serviço militar, se estabeleçam como colonos. Porém seu pedido não foi atendido nos anos seguintes. Durante a administração de Bormann o contingente militar sempre foi reduzido, sendo insuficiente para a realização dos serviços da Colônia e para o patrulhamento da região.

Bormann permaneceu como responsável da Colônia Militar do Xapecó, por cerca de 17 anos, saindo de sua direção no ano de 1898, quando contava com cerca de 800 habitantes. Estando em estado de “decadência” segundo o Ministério de Guerra, pois não houve o desenvolvimento de uma agricultura para o mercado externo devido à falta de boas vias de comunicação. Porém, destacamos que a colônia não foi um “total fracasso” como apontam alguns memorialistas, pois houve o desenvolvimento de um núcleo populacional e econômico, não de grande potencialidade, mas houve um desenvolvimento inicial, que auxiliou na posterior colonização do município de Chapecó, prova disso foi o conflito relacionado a sede do município, que por vezes foi em Xanxerê, pois havia um núcleo populacional em ascensão, fruto da Colônia Xapecó e em outras em Passo dos Índios. A questão só se resol-

veu por definitivo quando pelo Decreto-Lei Estadual n° 100 de 09 de abril de 1931, Passo dos Índios se tornou a sede definitiva do município de Chapecó, cuja instalação se deu em 02 de maio de 1931 e pelo Decreto Estadual n° 86 de 31 de 1938, a localidade de Passo dos Índios passou a se chamar Xapecó e pela Lei n° 247 de 30 de dezembro de 1948, passou a ser grafado Chapecó<sup>63</sup>.

E outra questão foi a própria defesa da fronteira, em primeiro momento durante o conflito diplomático com a Argentina, que fez o papel de ser um marco populacional e fiscalizador e em segundo momento durante a Revolução Federalista, servindo de bases operacionais e resistência. Não podemos analisar a colônia como fracassada, pois estaríamos reduzindo o nosso olhar, não levando em consideração, questões sociais, econômicas, populacionais e militares.

---

63 Ibidem. p.27



## CAPÍTULO III

# JOSÉ BERNARDINO BORMANN NO OESTE CATARINENSE

### 3.1. José Bernardino Bormann

José Bernardino Bormann, filho de pai alemão, Guilherme Bormann e de mãe gaúcha, nascido no ano de 1844, natural do Rio Grande do Sul foi um dos militares mais conhecidos e aclamados no Paraná e constantemente é rememorado pelo setor militar pelo município de Chapecó. Bormann era veterano da Guerra do Paraguai, cuja qual lhe rendeu uma medalha humanitária de 1ª classe, do Imperador D. Pedro II, destinada aqueles que, em vantagem da vida alheia, “não titubeiam em arriscar as suas próprias existências”. Em 1861, aos 17 anos, ingressou na Escola Militar da província do Rio Grande do Sul, nos cursos de cavalaria e infantaria, e posteriormente seguiu para a Escola Central do Exército, no Rio de Janeiro.

Em 1875 foi nomeado ajudante de ordens de Duque de Caxias, Ministro da Guerra e, dois anos mais tarde, enviado à Europa, como membro integrante da comissão que tinha como missão estudar a telegrafia militar e o encouraçamento das fortalezas. Bormann desempenhou várias comissões entre elas, a de encarregado, a 20 de setembro de 1881, da fundação da colônia Militar do Xapecó. Posteriormente foi nomeado diretor da Colônia e comandante da fronteira de Palmas, onde permaneceu até o ano de 1898.

No ano de 1893, com a eclosão da Revolução Federalista no Estado do Rio Grande do Sul e sua expansão para os estados do Paraná e Santa Catarina o Ministério da Guerra, devido a denún-

cias julgou que Bormann havia aderido ao movimento auxilian- dos os rebeldes, o que gerou a sua transferência para a segunda classe do exército, além de ser expedido um pedido de prisão em seu nome e a destituição de seus cargos. Porém, foi comprovado que não aderiu ao movimento e que auxiliou na defesa da Pátria do ponto de vista militar, pois construiu fortalezas na Colônia Militar, além de ter reunido cerca de 300 pessoas para realizarem a defesa, com o intuito de proteger o território, sendo assim as punições foram revogadas.

No Centenário de nascimento do Marechal Bormann é lhe referido diversos elogios, principalmente pelo fato de dirigir a Colônia Militar por vários anos. Devido aos serviços prestados adquiriu prestígio político, conseguindo ser deputado estadual, vice-governador e governador do Estado do Paraná, assumindo por cerca de um mês o governo do Estado no ano de 1899. No município de Chapecó há uma escola, uma rua e um distrito nomeados em sua homenagem.

Bormann escreveu vários livros com viés histórico das batalhas que presenciou como: “Rosas e o Exército Aliado, Campanha de 1851-52”, “A campanha Uruguai” e “História da Guerra do Paraguai”. Quando estava no comando da fronteira de Palmas e diretor da Colônia escreveu “Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná”, sendo um memorial sobre o posicionamento da colônia durante a revolução federalista no Paraná. Tendo outros livros com um viés romântico. Devido a isso era visto como um homem de vasta cultura e caráter. Nos fragmentos de jornais do Brasil trazidos pelo centenário é visto como exemplo e uma lição aos que querem vencer na vida militarmente. Sendo sempre muito elogiado tanto devido as batalhas que presenciou como pelo viés “humanitário” que é citado devido à preocupação com a literatura e a música. O próprio centenário fazia parte do projeto de Getúlio Vargas para a va-

lorização e construção de heróis nacionais. Bormann faleceu no Rio de Janeiro, em 1º de junho de 1919, com 75 anos. Sobre sua vida pessoal há muita pouca documentação, porém sabe-se que casou-se três vezes e teve uma filha, fruto do segundo casamento. Inclusive sua primeira esposa, Maria Benedita Bormann, era sobrinha de Bormann e foi escritora, escrevendo diversas obras sob pseudônimos, uma delas é “Lesbia”<sup>64</sup>.

O recorte temporal de 1880-1898 corresponde ao período de instalação, no qual Bormann foi designado chefe da comissão e posteriormente foi nomeado diretor, sendo um dos diretores que ficou mais tempo a frente da Colônia Militar do Xapecó, cerca de 18 anos no total contando desde a data da formação da comissão. Foi o responsável pela instalação da colônia, da organização e construção dos vários prédios públicos. Em vários dos relatos pode-se perceber a experiência estratégica de Bormann, que sempre pensava em como conseguir um melhor desenvolvimento da colônia, dando várias sugestões ao Ministério de Guerra para a resolução dos problemas. Uma das justificativas para permanecer tanto tempo na região é justamente por ter construído suas redes políticas e vida política na província do Paraná, após sair da direção da Colônia, continuou vivendo em Palmas por um período com o objetivo de dar atenção aos seus assuntos políticos.

Os diretores das colônias militares eram sempre oficiais do Exército brasileiro, ativos ou reformados. Esses oficiais quando nomeados para o cargo de diretor da colônia tornavam-se responsáveis pela administração local. Os diretores possuíam poderes civis e militares e todas as pessoas que residiam nas colônias militares estavam subordinadas a eles<sup>65</sup>, o que gerou constantes reclamações relacionadas a arbitrariedade dos diretores.

---

64 BRANDOLT, Marlene Rodrigues. Sob o olhar de Maria Benedita Bormann. *Rev. Educação e Linguagem*, Campo Mourão, v.3, n.5, p.165-174, jun. 2014.

65 BRÜGGEMANN, Adelson. *Op., Cit.*

Sendo assim Bormann enquanto diretor era responsável pelo desenvolvimento da colônia, tendo a obrigação de garantir alojamento adequado aos que ingressavam na colônia, bem como fornecer ferramentas e suprimentos essenciais para a sobrevivência dos colonos. Responsável por inspecionar todos os trabalhos realizados na colônia e promover a introdução de melhorias. Atento ao desenvolvimento da colônia propôs algumas melhorias, como a introdução de novas culturas na colônia. Em meados de 1884, por exemplo, iniciou a plantação de mudas de parreira e pés de cana-de-açúcar, a fim de iniciar na colônia a fabricação de vinho e açúcar.

Os diretores eram autorizados a estabelecer regras para o uso do tempo na colônia e distribuir os trabalhos entre os colonos, ou seja, era responsável pela ordem, disciplina e segurança da colônia. Sendo o responsável pelo controle de entrada e saída dos colonos, tendo de registrar todos os residentes na colônia, expulsar aqueles que considerasse violentos ou que promovessem tumultos, e rejeitar as recomendações de títulos permanentes de terra aos colonos.

Todos os meses Bormann, e posteriormente os outros diretores eram obrigados a encaminhar ao presidente de província, e ao delegado da Diretoria Geral das Terras Públicas, um relatório resumido dos serviços na colônia, com ênfase no estado das obras em andamento e de toda a despesa que havia sido realizada no mês anterior.

Para a elaboração do relatório apresentado a província do Paraná Brazílio Augusto Machado de Oliveira fez uma inspeção na Colônia Militar do Xapecó, onde as pessoas de fora da colônia fizeram algumas reclamações referentes a administração de Bormann, o caracterizando como arbitrário e severo, porém Oliveira o defende em seu relatório:

Se algumas medidas de rigor tem havido, intuitivo é que elas não podiam deixar de serem tomadas na fundação de um porto militar vizinho das fronteiras, e situado em uma região onde os poucos habitantes estavam habituados a fazer justiça por suas próprias mãos, fora da ação da lei e da autoridade. Quanto a outras queixas, que chegaram aos meus ouvidos, tenho todo o fundamento para crer que são motivadas por interesses contrários pelo chefe da comissão em defesa dos do tesouro<sup>66</sup>.

Oliveira justifica a arbitrariedade de Bormann com o fato de não existir posto militar anteriormente na região, sendo assim a população era acostumada a resolver os problemas sem se preocupar com o governo oficial, sendo “natural” esse estranhamento, ou seja, para que obedecessem aos militares era necessária certa arbitrariedade, a fim de os disciplinarem a seguir as leis agora impostas com a presença militar na região.

Além do diretor, outros oficiais do Exército brasileiro trabalhavam nas colônias militares. Cumprindo principalmente, as funções de vice-diretor, de escrivão e de médico. No relatório de 1882 é citado o capitão de estado maior de artilharia bacharel Marciano Augusto Botelho de Magalhães e tenente de estado maior de 1ª classe bacharel Antonio Geraldo de Souza Aguiar. Por almoxarife o alferes honorário do exército Joaquim Pinto d'Assumpção e por médico o Ismael da Rocha.

O vice-diretor substituía o diretor em seus impedimentos e na sua ausência. Era ele que dava parte, por escrito, de todas as omissões e faltas cometidas pelos empregados e pelos colonos no cumprimento dos serviços públicos. O escrivão da colônia era um oficial subordinado, ou cadete de boa conduta, que soubesse ler e escrever. A ele competia guardar e entregar os objetos destinados a colônia, escriturar os livros da colônia e os demais

---

66 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1881-1884. p. 32

processos que registravam os fatos ocorridos na colônia, servindo também como arquivista. O médico ou cirurgião, legalmente habilitado era nomeado pelo presidente da província. Sendo sua responsabilidade visitar a enfermaria, e em suas residências, os colonos e demais habitantes quando fosse necessário. Ismael da Rocha também atendeu algumas indígenas da região. Sendo-lhe sugerida uma gratificação pelo presidente da província por tal feito.

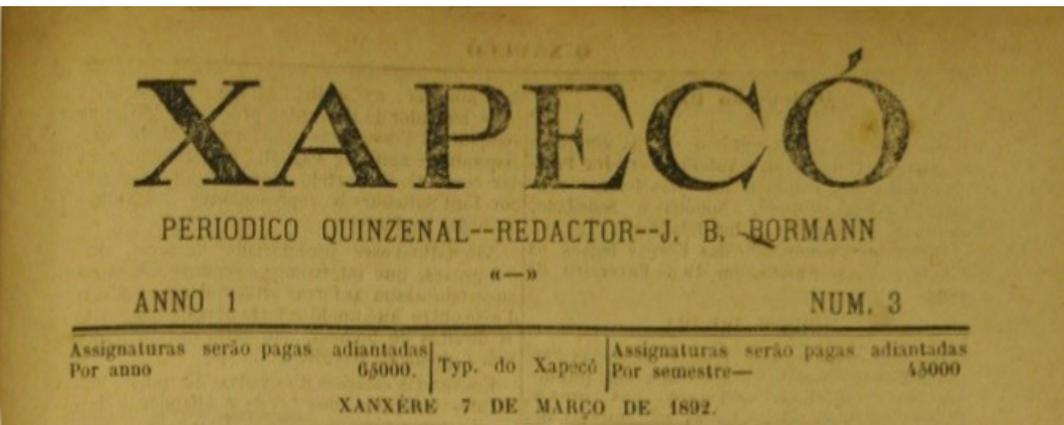
### **3.1.1. *Jornal O Xaçecó***

No ano de 1892 foi criado o jornal Xaçecó, sendo o primeiro jornal na região oeste de Santa Catarina, tendo um período de atividade curto, circulando somente nesse ano, e tendo como seu redator José Bernardino Bormann que até o momento era diretor da Colônia Militar do Xaçecó, seu curto período de atividade é justificado devido a eclosão da Revolução Federalista no ano de 1893. O jornal era quinzenal e trazia notícias sobre a Colônia e notícias das províncias brasileiras por meio do jornal República e Diário do Comércio, bem como notícias de outros países. Era editado em quatro páginas, dividido em duas colunas, o jornal não era vendido somente na Colônia Militar onde era redigido, mas também era vendido em forma de assinatura, como forma de informar a região sobre os acontecimentos internos da colônia. No jornal Bormann grafava Xaçecó com X, em referência a língua indígena caingangue, que significa “donde se avista o caminho da roça”.

Nos arquivos do CEOM estão disponíveis apenas seis exemplares do jornal o Xaçecó, estando digitalizados, sendo eles, edições correspondentes a 7 de março, 7 de abril, 22 de abril, 22 de novembro, 7 de dezembro e 22 de dezembro de 1892. As cópias físicas estão arquivadas na Biblioteca Pública de Santa Catarina,

localizada em Florianópolis, disponíveis para manuseio orientado.

José Bernardino Bormann publicava textos opinativos sobre ações militares e reproduzia trechos de jornais da capital e do exterior, mas também publicava textos importantes para a Colônia Militar do Chapecó, como informes religiosos e informações sobre o cotidiano da população.



**FIGURA 04.**  
*Jornal Xapécó*  
**FONTE:**  
*Acervo CEOM.*

O Xapécó era uma forma de Bormann manter os colonos informados sobre os acontecimentos da região e do Brasil, pois as vias de comunicações, como telégrafos e estradas eram bem precárias, tendo o intuito de informar sobre a Colônia a quem tivesse interesse. Uma das reclamações de Bormann na edição de 7 de março de 1892 é sobre o recebimento do jornal *a Republica* e o *Diário do Commercio*, segundo ele os jornais sempre vinham muito atrasados, faltando páginas ou edições, onde faz um pedido aos agentes do correio de não esquecer de mandar as edições dos ditos jornais, pois as últimas informações da capital do país eram referentes ao mês passado, no caso fevereiro.

Em algumas edições do jornal Bormann enfatiza a necessi-

dade de maiores investimentos na colônia como é publicado no jornal de 7 de abril onde relata ter ido até a capital da República conversar com o vice-presidente:

Quando em janeiro do corrente ano estivemos na Capital federal e tivemos a honra de expor ao Excelentíssimo Senhor vice-presidente da República as necessidades dessa fronteira e da colônia que temos dirigido, tanto S. Ex. como Sr. Ministro da guerra concordam com as medidas que apresentamos e, como para execução delas era mister haver verba no orçamento, aguardou-se a próxima reunião do parlamento<sup>67</sup>.

No ano de 1892 a colônia completou 10 anos, e ainda no jornal de 7 abril, Bormann faz sérias reclamações sobre o descaso do governo com a Colônia Militar do Xapecó, dizendo que a colônia estava abandonada, cobrando do governo medidas para reverter tal situação. Enfatiza durante o fim da primeira página do jornal que as picadas da vila de Palmas que conduzem o viajante à colônia estavam quase intransitáveis, sendo que a estrada da colônia a vila de Nonohay também se encontrava em péssimas condições. Segundo ele as verbas para o custeio da colônia eram insignificantes, sendo impossível melhorar as estradas, era necessário engrandecer a região, como forma de conseguir conter os colonos e chamar atenção para que novas famílias se instalassem.

O jornal assumiu importantes funções, pois a falta de comunicação da Colônia Militar do Chapecó com o restante do estado era algo bem presente. Percebe-se que o jornal não era somente um meio de manter os colonos bem informados sobre o que estava acontecendo no Brasil ou em países próximos, mas uma forma de Bormann demonstrar o seu interesse em questões importantes para o desenvolvimento da colônia. Quando faz suas reclama-

---

67 BORMANN, José. *Xapecó*. Xanxerê, 1892.

ções referentes a precariedade das estradas ou falta de verba, ao mesmo tempo aponta as medidas possíveis para melhorar a situação, sendo que na maioria das vezes já havia feito. Tenta manter um diálogo aberto com os colonos, mostrando que está fazendo algo, pois dá relatos sobre suas viagens a Capital.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a Colônia Militar do Xapecó aparecia em pesquisas historiográficas de forma secundária, normalmente para contextualizar a Questão de Palmas. A presente pesquisa revelou que essa instituição enfrentou diversos problemas referentes a vias de comunicação, como as estradas o que não permitiu um melhor desenvolvimento econômico.

Nossa análise parte do ano de 1880-1898, enquanto Bormann se manteve em sua direção, não extrapolando para as administrações posteriores, lembrando que a Colônia manteve a administração militar até meados do ano de 1908. Os objetivos traçados para a criação desse núcleo militar foram alcançados parcialmente, uma vez que as condições oferecidas pelos órgãos responsáveis não corresponderam às reais necessidades verificadas.

Partindo do pressuposto de Bourdieu<sup>68</sup> que as regiões são construções históricas, na dinâmica da vida social dos homens, nas disputas pela imposição de valores e interesses, sobretudo pelo controle e uso da natureza, podemos concluir que a construção da região do atual Oeste Catarinense começara em 1882 com a instalação da colônia. Mesmo que a população da Colônia não seja expressiva, marca o início de um processo de colonização e presença do governo que foi impulsionada nas primeiras décadas do século XX, com o fim da Guerra do Contestado (1916), a assi-

---

68 BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

natura do tratado de Limites entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná e a criação do município de Chapecó (1917).

Podemos concluir com base no senso de 1890, que apesar das outras colônias militares serem formadas expressivamente por migrantes e imigrantes europeus a Colônia Militar do Chapecó era composta expressivamente por caboclos e os chamados mestiços. População considerada não civilizada, não sendo populações ideais para a colonização da região. A presença de imigrantes na Colônia era mínima. Segundo José Carlos Radin na passagem do século XIX para o XX, prevaleciam nas ciências sociais representações negativas sobre etnia, seja em relação aos brasileiros, aos mestiços, seja aos caboclos e aos indígenas<sup>69</sup>.

Um dos objetivos da instalação da Colônia Militar do Xapencó era a defesa da fronteira e a defesa contra os ataques de indígenas bravos na população da região. Porém os efetivos militares não contavam com grande número de soldados, ou seja, dificilmente teria condições para proceder a efetiva defesa da fronteira internacional com a Argentina, não dispunham de instrumentos bélicos e das armas de defesa indispensáveis. Assim, caso a colônia sofresse um ataque, seus integrantes não teriam condições humanas e materiais para rechaçar e proteger a posição brasileira. Sendo assim a colônia também não teria condições para proceder a defesa da população da região próxima.

Nos primeiros anos, os membros da colônia estiveram, praticamente isolados e distantes dos habitantes das localidades da região. E, no caso de ataques indígenas, haveria muita dificuldade para comunicar os militares e esperar uma efetiva proteção. Os documentos analisados pouco fazem referência aos indígenas, fazem menção apenas de que foram aldeados, não dando maiores informações desses aldeamentos e suas condições.

---

69 RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009. P. 39

Durante a administração de Bormann, em 1893 por ocasião da Revolução Federalista a Colônia esteve sob ameaça de invasão, portanto foi construído um sistema de fortificações e a convocação de todos os homens válidos da colônia. Cerca de 300 homens, divididos em 200 praças de infantaria, 60 de cavalaria, e 30 para guarnições da artilharia. Todos foram fardados, armados e equipados, porém devido a aproximação das tropas do general Pinheiro Machado os revoltosos foram repelidos e a Colônia ficou fora de perigo. Porém devido a diferença de contingente era provável que se invadida a colônia não resistiria muito tempo, devido à falta de alimentos, armas e o contingente reduzido. Durante o período estudado esse núcleo militar não sofreu ataques que pudessem colocar a prova seu sistema de defesa.

A Colônia pode ser considerada como um estabelecimento de caráter agrícola-militar, pois o contingente militar ali fixado era sempre em número reduzido, além das atividades militares, desenvolvia outras indispensáveis ao funcionamento do núcleo, como a manutenção de estradas, a construção de prédios militares e as reformas, portanto eram militares e colonos ao mesmo tempo. O governo normalmente preferia militares que já casados, com a finalidade de que se fixassem na colônia, após o termino do tempo de serviço.

O povoamento no interior do país no século XIX é um exemplo da combinação do exército de proteger o território e de sistematizar as informações importantes sobre o país, como o relevo, hidrografia recursos naturais, tipos de clima entre outros. As colônias militares começaram o processo de colonização dessas áreas afastadas e consideradas estratégicas do ponto de vista militar com relação as fronteiras com países vizinhos.

Ainda existem muitas questões a serem abordadas referente a Colônia Militar do Xapecó, principalmente com o acervo expressivo do Arquivo do Exército na cidade do Rio de Janeiro. De-

vido as fontes analisadas no presente trabalho não é possível fazer uma análise sobre as trajetórias de vida dos soldados e oficiais do Exército brasileiro bem como da população que já estavam nas imediações quando da instalação da colônia, essa problemática será abordada possivelmente em pesquisas futuras.

Em suma, esta colônia não conseguiu atingir totalmente o seu fim por falta de assistência e de apoio governamental que, em muitas ocasiões, privou-a de recursos humanos, financeiros, técnicos e instrumentais, imprescindíveis para a atuação, o que se nota claramente com as constantes reclamações de Bormann ao Ministério de Guerra.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O objeto em fuga:** algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras, Dourados*, v. 10, n. 17, p.55-67, jan. 2008.
- BARROS, José D'assunção. **História, Espaço, Geografia:** Diálogos Interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A Colônia Militar do Chopim: 1882 a 1909.** 1980. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.
- BEATTIE, Peter. **Tributo de Sangue:** Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BRANDOLT, Marlene Rodrigues. Sob o olhar de Maria Benedita Bormann. **Rev. Educação e Linguagem**, Campo Mourão, v.3, n.5, p.165-174, jun. 2014.
- BRÜGGEMANN, A. A. **A sentinela isolada:** O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina:** o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX). Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- FERREIRA JUNIOR, Francisco. **A prisão sem muros:** Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- HEINSFELD, A. **Fronteira Brasil/Argentina:** A Questão de Palmas

(de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

MARQUETTI, Délcio. **“Matem que eu respondo”**: Militares e Imigrantes de Poloneses na zona estratégica do Paraná (virada do século XIX para o XX). 2015. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Unisinos, São Leopoldo, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz de Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Editora Unicentro, 2011.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, p.149-188, ago. 2006.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&vida, 2015.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1990.

RITT, E. **A colônia militar de Foz do Iguaçu-PR**: Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 – 1920. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SALOMON, Marlon. **O saber do espaço**: Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: UFSC, Tese de doutoramento, 2002.

SCAPINELLO, F. G. **Usucapião de terras devolutas da Ex-Colônia Militar de Xaçepó**. 2010. 83 f. TCC (Graduação em Direito) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2010.

SILVA, Alberto M. da. **Dr. Ismael da Rocha (1859-1924)**: Sua vida de Cientista e de Militar. Brasília: Thesaurus, 2004.

SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. **Antes do Oeste Catarinense**: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, v. 18, n. 18, p.139-160, jan. 2011.

SOUZA, Marcelo. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEDESCO, J. C.; HEINSFELD, A. **Colonos, Colônias e Colonizadores: Aspectos da Territorialização Agrária no Sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009.

TEDESCO, João Carlos. VANIN, Alex A. **Entre a espada, a cruz e a enxada: A Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)**. Erechim: All Print, 2018.

XAVIER, Aristóteles. **O Centenário do Marechal Bormann**. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944.

XAVIER, Mário. **O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó: Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2016.

## **OUTRAS FONTES:**

BRASIL. Decreto n. 2502, de 16 de novembro de 1859. Crea mais duas colônias militares da Província do Paraná ao ocidente dos rios Chapecó e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Província. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1859, p. 578, Vol. 1, pt. II (Publicação Original).

RELATÓRIO apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Paraná. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1881-1884.

RELATÓRIO apresentado á Assembleia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de estado dos negócios da guerra. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882-1887.

RELATÓRIO apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897-1899.

## **JORNAIS:**

**DEZENOVE DE DEZEMBRO**. Curitiba, 12 ago. 1882.

**JORNAL DO COMMERCIO**. Curitiba, 25 nov. 1883.

**JORNAL DO COMMERCIO**. Curitiba, 8 jul. 1884.

**JORNAL DO COMMERCIO**. Curitiba, 15 jul. 1884.

BORMANN, Jose. **Xapecó**. Colônia Militar do Xapecó, 1892.



